



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTERIO DA FAZENDA

Nº. DE IDENTIFICAÇÃO:

10145.003611/2011-80

PRFN-4 REGIAO-RS

ÓRGÃO: 01.10145-5

28/10/2011

INTERESSADO:

PFN SANTA CATARINA

ASSUNTO:

01.22478-2 - ADJUDICACAO-ASS JURIDICOS DIVERSOS

OUTROS DADOS:

Documento de Origem : MEMO10202011

Procedência :

Número Antigo :

CPF/CNPJ : Ausente

Observações : ADJUDICACAO IMOVEL RURAL

ODIR FONTANA

MOVIMENTAÇÕES

SEQ	SIGLA	CÓDIGO	DATA	SEQ	SIGLA	CÓDIGO	DATA
01	PRFN-4 REGIAO-RS	01.10145-5	28/10/2011	15	PRFN-4 REGIAO-RS	01.10145-5	28/10/2011
02	PRFN-SC	01.10145-5	31/10/11	16	PRFN-SC	01.10145-5	31/10/11
03	PRFN-SC	01.10145-5	04/11/11	17	PRFN-SC	01.10145-5	04/11/11
04	PRFN-SC	01.10145-5	23/12/11	18	PRFN-SC	01.10145-5	23/12/11
05	PRFN-SC	01.10145-5	07/02/12	19	PRFN-SC	01.10145-5	07/02/12
06	PRFN-DF	01.10145-5	21/05/12	20	PRFN-DF	01.10145-5	21/05/12
07	PRFN-DF	01.10145-5	21/05/12	21	PRFN-DF	01.10145-5	21/05/12
08	PRFN-SC	01.10145-5	03/07/12	22	PRFN-SC	01.10145-5	03/07/12
09	PRFN-SC	01.10145-5	07/10/12	23	PRFN-SC	01.10145-5	07/10/12
10	PRFN-SC	01.10145-5	11/10/12	24	PRFN-SC	01.10145-5	11/10/12
11	PRFN-SC	01.10145-5	09/10/12	25	PRFN-SC	01.10145-5	09/10/12
12	PRFN-DF	01.10145-5	11/10/12	26	PRFN-DF	01.10145-5	11/10/12
13	PRFN-DF	01.10145-5	22/11/12	27	PRFN-DF	01.10145-5	22/11/12
14	PRFN-SC	01.10145-5	02/11/12	28	PRFN-SC	01.10145-5	02/11/12

ANEXOS:

CADASTRADO

PRFN/SP/SC

Data: 18/09/12



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL 4ª REGIÃO
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA



Memorando nº 1020/2011/GAB/PFN/SC

Florianópolis, 20 de outubro de 2011.

A Sua Senhoria o Senhor
Dr. José Diogo Cyrillo da Silva
Procurador-Regional da Fazenda Nacional da 4ª Região

Assunto: **Solicitação de adjudicação de imóvel para destinação de reforma agrária**

Senhor Procurador -Regional,

Submeto a Vossa Senhoria, para fins de análise e posterior encaminhamento à PGFN, solicitação de adjudicação de imóvel, para fins de reforma agrária, contida no OFÍCIO/INCRA/SR(10)G/Nº2503/2011, em anexo.

Atenciosamente,

Maria da Graça Hahn Mantovani
Maria da Graça Hahn Mantovani
Procuradora-Chefe da Procuradoria da Fazenda Nacional
em Santa Catarina



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SANTA CATARINA - SR(10)
Rua Jerônimo Coelho, 185 - Florianópolis/SC - CEP 88010-030 - Fone 3733.3561

OFÍCIO/ INCRA/SR(10)G/Nº 2503/2011. Florianópolis, 03 de outubro de 2011.

À Ilustríssima Senhora
Maria da Graça Hahn Mantovani
Procuradora-Chefe da PFN/SC
Procuradoria da Fazenda Nacional em /SC
Rua Nunes Machado, 192 - Centro
Florianópolis - SC
CEP: 88010-460

Assunto: Manifesta interesse na Adjudicação de imóveis rurais para destinação para a reforma agrária. Encaminha Laudo Agrônômico de Fiscalização.

Senhora Procuradora-Chefe,

Cumprimentando cordialmente Vossa Senhoria servimo-nos do presente para informar que esta Superintendência Regional, por meio dos seus Peritos Federais Agrários, realizou fiscalização do imóvel rural de propriedade de Odir Fontana, CPF nº 507.926.019-04, Cleonir Fontana, CPF nº 547.828.649-49 e Claudete Scheurman Fontana, CPF nº 669.772.909-00, conforme Laudo Agrônômico de Fiscalização anexo, extraído do processo nº 54210.000913/2011-41.

Referido laudo concluiu que o imóvel apresenta condições favoráveis para implantação de um Projeto de Assentamento que poderia beneficiar aproximadamente 35 (trinta e cinco) famílias. Ocorre que o imóvel foi considerado produtivo, de forma que não poderá ser objeto de ação de desapropriação com fulcro no art. 184 da CF/88.

No entanto, considerando que o imóvel é objeto de penhora junto à Fazenda Nacional nos autos das execuções fiscais nº 016.05.001761-1, esta autarquia solicita que essa PFN analise a possibilidade de Adjudicação do imóvel objeto da matrícula nº 17.564, com fundamento no art. 24 da Lei nº 6.830/80¹, para posterior destinação à reforma agrária.

Registramos, por oportuno, que esta iniciativa vem sendo adotada por outras Procuradorias, conforme notícia que segue anexa.

Solicitamos ainda, o agendamento de reunião com Vossa Senhoria para tratarmos da presente solicitação e de outras encaminhadas anteriormente, conforme anexos.

Atenciosamente,

JOÃO PAULO LAJUS STRAPAZZON
Superintendente Regional do INCRA/SC

PFN/SC
RECEBIDO EM
04/10/11
[Assinatura]

¹ Art. 24 - A Fazenda Pública poderá adjudicar os bens penhorados:
I - antes do leilão, pelo preço da avaliação, se a execução não for embargada ou se rejeitados os embargos;

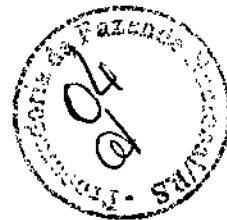
- II - findo o leilão:
a) se não houver licitante, pelo preço da avaliação;
b) havendo licitantes, com preferência, em igualdade de condições com a melhor oferta, no prazo de 30 (trinta) dias.


PFN/SC
RECEBI
Em 03 de 10 de 2011
[Assinatura]

Incra adota processo inédito para terra para reforma agrária

Adjudicação é um ato judicial por meio do qual se declara transferência de propriedade do dono para o credor.

Veja o artigo 2053 do CC.



Notícia  **A+** Assine a Newsletter

0

Cerca de 35 famílias da região de Guarapuava, no Paraná, serão as primeiras a serem beneficiadas pelo sistema pioneiro com que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) passa a obter áreas para assentamentos rurais. Segundo a superintendente do Incra no Paraná, Cláudia Sonda, o estado é o primeiro onde a reforma agrária adota a adjudicação na aquisição de terras. A adjudicação é um ato judicial por meio do qual se declara a transferência de uma propriedade do dono para o credor.

De acordo com a superintendente, foi publicada ontem (2), no *Diário Oficial da União*, a transferência do domínio da Fazenda Madeirita, da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), vinculada ao Ministério do Planejamento, ao Incra. "O imóvel tem 567,9 hectares e capacidade estimada para abrigar 35 famílias. As famílias serão selecionadas de acordo com os critérios já adotados pelo Incra", disse.

A superintendente informou que a obtenção de terras por meio de adjudicação é um processo inédito e, no caso do Paraná, só foi possível devido ao trabalho da Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional, em Guarapuava, que desde 2003 vem atuando nesse tipo de procedimento.

Segundo o procurador-seccional da Fazenda Nacional, em Guarapuava, João Luiz de Laia, foi feito um projeto piloto por determinação da Presidência da República, para que as terras de devedores da União tivessem uma destinação social. Ele acredita que o processo, no Paraná, deverá servir de modelo para outros estados, que poderão atuar em parcerias entre o Incra e as procuradorias da Fazenda.

Na região de Guarapuava ainda há um potencial bastante significativo para a obtenção de novas áreas a partir da adjudicação, segundo o procurador. "Temos 15 grandes devedores, entre pessoas físicas e jurídicas, com áreas penhoradas que, juntas, podem somar cerca de cinco mil alqueires", afirmou.

As informações são da Agência Brasil



Serviço Público Federal
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA-INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SANTA CATARINA- SR-10/SC
Rua Jerônimo Coelho, 185 12º Andar - Florianópolis/SC - Centro
CEP.: 88010-030
Fone. : (048) 3733-3562

OFÍCIO/INCRA/SR(10)G/Nº 754 /2010

Florianópolis, 20.05.10

Sra. Procuradora-Chefe da Fazenda Nacional,

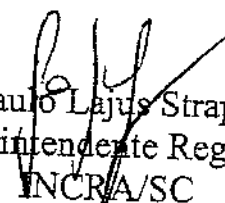
Encaminhamos a Vossa Senhoria relação de matrículas em anexo e relação de processos judiciais em que é executado Odir Fontana - CPF nº 507.926.019-04.

Informamos que esta autarquia tem interesse nos imóveis rurais citados com vista à destinação para fins de reforma agrária.

Em razão do exposto, requer que V. Sª avalie a possibilidade de adjudicar os referidos imóveis nos autos das execuções fiscais referidas, com fundamento no art. 24 da Lei nº 6.830/80¹

Outrossim, nos colocamos à disposição para eventuais esclarecimentos que Vossa Senhoria entender necessárias.

Atenciosamente,


João Paulo Lajus Strapazzon
Superintendente Regional
INCRA/SC

Dra. Maria da Graça Hahn Mantovani
D. D. Procuradora Chefe da PFN-SC
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional de Santa Catarina
Rua Nunes Machado, 192 - Centro
Florianópolis - SC
CEP 88010-460

- 1 Art. 24 - A Fazenda Pública poderá adjudicar os bens penhorados:
- I - antes do leilão, pelo preço da avaliação, se a execução não for embargada ou se rejeitados os embargos;
 - II - findo o leilão:
 - a) se não houver licitante, pelo preço da avaliação;
 - b) havendo licitantes, com preferência, em igualdade de condições com a melhor oferta, no prazo de 30 (trinta) dias.

Obs.: Ofício entregue em mãos c/ anexo.



Serviço Público Federal
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA-INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SANTA CATARINA- SR-10/SC
Rua Jerônimo Coelho, 185 12º Andar - Florianópolis/SC - Centro
CEP.: 88010-030
Fone. : (048) 3733-3562

OFÍCIO/INCRA/SR(10)G/Nº 752/2011

Florianópolis, 31.03.11

Sra. Procuradora-Chefe,

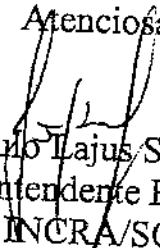
Reiteramos o contido no Ofício/INCRA/SR(10)G/Nº 754/10 de 20/05/10, encaminhado a Vossa Senhoria para análise relação de matrículas em anexo e relação de processos judiciais em que é executado Odir Fontana - CPF nº 507.926.019-04.

Informamos que esta autarquia tem interesse nos imóveis rurais citados com vista à destinação para fins de reforma agrária.

Em razão do exposto, requer que V. S^a avalie a possibilidade de adjudicar os referidos imóveis nos autos das execuções fiscais referidas, com fundamento no art. 24 da Lei nº 6.830/80¹

Outrossim, nos colocamos a disposição para eventuais esclarecimentos que Vossa Senhoria entender necessárias.

Atenciosamente,


João Paulo Lajus Strapazzon
Superintendente Regional
INCRA/SC

Ilma. Sra.
Dra. Maria da Graça Hahn Mantovani
D. D. Procuradora Chefe da PGFN-SC
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional de Santa Catarina
Rua Nunes Machado, 192 - Centro
Florianópolis - SC
CEP 88010-460



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 4ª REGIÃO
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL EM SANTA CATARINA



Ofício nº 306/2011/GAB/PFN/SC

Florianópolis, 25 de abril de 2011.

Ao Ilmo. Senhor

João Paulo Strapazzon

Superintendente Regional do

INCRA/SC

Assunto: penhora de imóveis rurais.

Ilmo. Sr João Paulo,

Em resposta ao OFÍCIO/INCRA/SR(10)G/Nº 752/11, de 31.03.2001, informo a penhora do imóvel objeto da matrícula nº 17564 do CRI de Campos Novos, com área de 8.493.660m², nos autos do processo de execução fiscal nº 016.05.001761-1, movida pela União contra Odir Fontana e em trâmite perante o Juízo da 2ª Vara da Comarca de Capinzal, SC.

Tendo em vista a solicitação de destinação para fins de reforma agrária, informo que a adjudicação de bens imóveis nos autos da execução fiscal da dívida ativa da União encontra-se sujeita à consideração dos órgãos superiores da PGFN.

Assim, objetivando viabilizar o encaminhamento de proposta de adjudicação, solicito a apresentação de proposta, com justificativas e informações relativas ao projeto de destinação para reforma agrária, conforme reunião realizada no gabinete da PFN/SC no mês de maio de 2010.

Informo, ainda, que a relação de imóveis na planilha apresentada será encaminhada à PSFN Joaçaba, Unidade competente para o acompanhamento das execuções fiscais em trâmite contra os devedores nela indicados, para penhora dos imóveis indicados.

Florianópolis, 20 de abril de 2011.

Felipe Giulio Goulart
Coordenador da Dívida Ativa da União na PFN/SC

Maria da Graça Hahn Mantovani
Procuradora-Chefe da PFN- SC



CARTA PRECATORIA

PRAZO PARA CUMPRIMENTO: 30 dias

Autos nº 016.05.001761-1

Ação: Execução Fiscal - União/autarquias Federais/Execução

Exequente: Fazenda Nacional

Executado: Odir Fontana

OBJETO: PENHORA, de bens pertencentes ao executado, suficientes para assegurar o pagamento do principal, acessórios, verba advocatícia e despesas processuais, devendo ser efetivado o registro do gravame junto ao Cartório do Registro de Imóveis, no caso de imóveis, e/ou nas demais repartições competentes, em se tratando de coisas móveis.

EXECUTADO: Executado: Odir Fontana, Divorciado, Agropecuarista, com endereço à Rua Luiz Dorini, 333, Apto. 1101, Centro, CEP 89.665-000, Fone: 0499979-5211, Capinzal-SC.

DATA DO CÁLCULO: 12/03/2010.

VALOR DO DÉBITO: R\$ 5.732.143,46.

BENS : Terreno rural de cultura, campos e pastagens registrado no CRI de Campos Novos, em 20/06/1993, no Livro nº2, ficha nº 01, Matrícula 17.564, com área de 8.493.660,00m² (oito milhões, quatrocentos e noventa e três mil, seiscentos e sessenta metros quadrados), sem benfeitorias, situado no imóvel denominado "Volta Grande", Distrito de Tupitanga, neste município e Comarca, tendo as seguintes confrontações: ao norte com sucessores de Benjamin Barison, ao sul, com o Rio Pelotas, José Correa da Rosa e Alfredo Resende Rossetti ao oeste com sucessores de Honório Cassiano ou quem de direito e com terras de Dioni Maestri, sucessores de Joana de Lima e sucessores de João Fabiano e no leste, confronta com a estrada Zortéa Machadinho, com Sebastião Guedes, com terras da firma Zortéa/SA ou quem de direito, com Nurimar Terezinha Stopassola, Anaidina Antunes, sucessores, com terras de Elizeu Magrinelli e com Aldivo V. Surdi

OBSERVAÇÃO: como o imóvel a ser penhorado é situado em Campos Novos, e o executado reside em Capinzal, ele será intimado da penhora após o retorno da presente carta precatória.

O(A) Dr(a). Maycon Rangel Favareto, Juiz de Direito da(o) 2ª Vara, da Comarca de Capinzal, na forma da lei, etc.

FAZ SABER

A(o) Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito da Comarca de Campos Novos/SC, que do processo acima indicado foi extraída a presente, deprecando o seu cumprimento e devolução como de direito. Eu, Tania Richetti Pereira, o digitei, e eu, _____, Leandro Ernani Freitag, Chefe de Cartório, o conferi e subscrevi. Capinzal (SC), 11 de outubro de 2010.

Maycon Rangel Favareto
Juiz de Direito



Ministério da Fazenda
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria da Fazenda Nacional em Santa Catarina/SC



Memorando nº 110/2011/GAB/PFN/SC

Florianópolis, 20 de abril de 2011.

De: Subprocurador-Chefe - PFN/SC.

CÓPIA

Para: Procurador-Seccional – PSFN JOAÇABA.

Sr. Procurador-Seccional:

Encaminho a V. Sa., para providências, cópias de documentos relativos à indicação de imóveis rurais pertencentes a devedores inscritos em dívida ativa da União, para penhora nos autos das execuções fiscais, e à solicitação de adjudicação e destinação ao INCRA/SC para fins de reforma agrária.

Conforme cópias em anexo, foi informado ao INCRA que a adjudicação de bens imóveis nos autos da execução fiscal da dívida ativa da União encontra-se sujeita à consideração dos órgãos superiores da PGFN. Foi solicitada à autarquia a apresentação de informações relativas à proposta de adjudicação e a sua destinação.

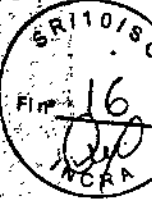
Solicito, outrossim, informações relativas à penhora dos imóveis indicados, à existência de embargos à execução e perspectivas relativas à expropriação dos bens dos executados.

Atenciosamente,

Felipe Dulac Goulart
SUBPROCURADOR-CHEFE PFN/SC



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA - INCRA
PROCURADORIA REGIONAL DO INCRA/SC



NOTA AGU/PGF/PFE/INCRA/SC Nº65/2011

REF. : Ofício nº 106/2011/GAB/PFN/SC

INTERESSADO: Superintendência Regional do Incra em SC

ASSUNTO: Adjudicação de imóvel rural em execução fiscal para destinação à reforma agrária.

Senhor Superintendente Regional:


Trata-se do Ofício nº 106/2011/GAB/PFN/SC oriundo da PFN que solicita apresentação de proposta com justificativa e informações relativas à adjudicação de imóvel rural em execução fiscal para destinação à reforma agrária.

Para responder o expediente proponho que se informe à PFN/SC:

- a) que a adjudicação de imóveis pela União em execuções fiscais para posterior destinação à reforma agrária tem sido adotada em outros Estados, como por exemplo, no caso da Fazenda Madeirit, situada em Guarapuava/PR (notícia anexa);
- b) em regra, após a adjudicação, a transferência do imóvel ao Incra para afetação à reforma agrária é realizada sem custos para a autarquia, já que o pagamento pelo Incra se dá em TDA's expedidos pela própria União;
- c) quanto é o valor por hectare do imóvel contido na PPR (planilha de preços referenciais) do Incra, para com isso balizar e fundamentar a decisão da PFN no caso de futura adjudicação;
- d) o quantitativo aproximado de famílias que poderiam ser assentadas no imóvel, bem como a importância do imóvel para o alcance das metas institucionais desta autarquia federal.

Estas as conclusões que submetemos à Consideração de V. Senhoria.

Florianópolis, 06 de maio de 2011.


Valdez Adriani Farias
Procurador Regional



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SANTA CATARINA - SR 10
DIVISÃO DE OBTENÇÃO DE TERRAS E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO

LAUDO AGRONÔMICO DE FISCALIZAÇÃO

PROCESSO 54210.000913/2011-41

VISTORIA/IMÓVEL RURAL

PROPRIETÁRIOS

Odir Fontana
Cleonir Fontana
Claudete Scheurman Fontana

Zortéa - SC

Equipe de Vistoria

Eng.º Agrônomo Carlos Roberto Soares Severo
Eng.º Agrônomo Sérgio Eduardo Ferreira
Eng.º Agrimensor Eugênio Taira Inácio Ferreira
Técnico Ref. e Des. Agrário Daggo Chagas Daniel

FLORIANÓPOLIS-SC
2011

LAUDO AGRONÔMICO DE FISCALIZAÇÃO



1. APRESENTAÇÃO

O presente relatório é decorrente do levantamento de dados e informações sobre o imóvel rural denominado Fazenda Volta Grande, localizado no município de Zortéa - SC e cadastrado no Sistema Nacional de Cadastro Rural com o código 813.036.057.363-0. Objetivou-se a fiscalização do cumprimento de sua função social, conforme definido nos Arts. 2º e 9º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 e suas alterações, acrescido das informações pertinentes à análise do meio físico e viabilidade técnica, econômica e ambiental de sua exploração, refletindo as condições de uso do imóvel nos doze meses inteiros imediatamente anteriores ao do recebimento da comunicação prevista no art. 2º, §§ 2º e 3º, da Lei 8.629/93 e suas alterações e § 3º, art. 9º da Norma de Execução/INCRA Nº 95 de 27/08/2010.

Em cumprimento às determinações contidas na Ordem de Serviço INCRA/SR-10/nº 076 de 03 de novembro de 2010 que constituiu a comissão composta pelos servidores: Engenheiros Agrônomos: Carlos Roberto Soares Severo e Sérgio Eduardo Ferreira; Técnico de Reforma e Desenvolvimento Agrário Daggo Chagas Daniel; e Engenheiro Agrimensor Eugênio Taira Inácio Ferreira; procedemos à Vistoria Agronômica de Fiscalização no imóvel rural identificado no primeiro período do primeiro parágrafo, tendo como proprietário o senhor Odir Fontana, Senhor Cleonir Fontana e a Senhora Claudete Scheurman Fontana, com área medida de 804,0062 hectares.

2. OBJETIVO

Esta vistoria teve o objetivo de levantar os dados e informações para verificar o aproveitamento racional e adequado da propriedade, conforme estabelecem os artigos 2º e 9º da Lei n.º 8.629 de 25 de fevereiro de 1993 e alterações da Medida Provisória n.º 2.183-56 de 24 de agosto de 2001. Através do levantamento das condições de uso do imóvel, calcular-se-á o Grau de Utilização da Terra (GUT) e o Grau de Eficiência na Exploração (GEE), para classificá-lo quanto à sua situação produtiva.

3. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES



O presente relatório está fundamentado na Lei n.º 8.629 de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à Reforma Agrária, na Instrução Normativa/INCRA/n.º 11, de 16 de abril de 2003, que estabelece os procedimentos para cálculo dos Graus de Utilização da Terra – GUT e Eficiência na Exploração – GEE, e no Manual para Obtenção de Terras (Norma de Execução INCRA/DT/n.º 52, de 25 de outubro de 2006) que padronizou os procedimentos técnicos e administrativos nas ações de obtenção de recursos fundiários.

Após prévia comunicação do proprietário, efetuada em 21 de julho de 2010, foi feita a vistoria de fiscalização no período de 02 a 12 de agosto. Realizamos, também, o levantamento expedito do solo, do relevo e da vegetação.

4. ASPECTOS METODOLÓGICOS DOS TRABALHOS

4.1 Materiais Usados

- a) Carta Geográfica SG-22-Y-D-V-II do Ministério do Exército – Diretoria de Serviço Geográfico, denominada Machadinho, escala 1:50.000;
- b) Imagens de satélite Cbers 2B sensor HRC com resolução espacial de 2,5m – Orbits 158_B e ponto 131_2, data de imageamento de 15/03/2009 – cena: cb2bhrc158_b131_220090315.

4.2 Instrumentos, Métodos e Sistemas

- a) GPS topográfico PROMARK III e GPS navegação.
- b) Máquina fotográfica digital
- c) SISTEMA BRASILEIRO DE CLASSIFICAÇÃO DE SOLOS - Centro Nacional de Pesquisa de Solos, RJ 2006.
- d) Manual técnico da vegetação Brasileira – IBGE, 1992;
- e) Metodologia de classificação interpretativa das terras pelo Sistema de Capacidade de Uso, de Klingebiel & Montgomery (1961), modificado e simplificado por I.F. Lepsch et. al. 1983
- f) Atlas de Santa Catarina 1986.

Cônjuge: Claudete Scheurman Fontana;
CPF: 669.772.909-00;
RG: 2.147.864 de 20 de outubro de 1999;
Endereço: Fazenda Santo Antônio – Capinzal/SC.



6 IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

- 6.1 Denominação: Volta Grande;
- 6.2 Área composta pela matrícula 17.564;
- 6.3 Área Medida: 804,0062 hectares.
- 6.4 Número de módulos fiscais: 40,2003 (01módulo: 20,00 hectares);
- 6.5 Fração mínima de parcelamento: 3,00 Hectares;
- 6.6 Localização: O imóvel está localizado na área rural do município de Zortéa – SC;
- 6.7 Coordenadas UTM do retângulo envolvente do imóvel

Canto Superior Esquerdo – Extremo Norte E 438.640,09 m N 6.959.330,61 m

Canto Inferior Direito – Extremo Leste E 443.538,51 m N 6.955.899,96 m

7 VIAS DE ACESSO

De Zortéa/SC seguir pela estrada municipal Zortéa-Machadinho até as coordenadas UTM aproximadas 442.300 e 6.957.524 (Datum Sirgas2000).

LIMITES E CONFRONTANTES

- Norte:** Lageado Raso, Reassentamento da MAESA e córrego sem denominação.
- Leste:** Estrada Zortéa - Machadinho.
- Sul:** Avelino Rosseti, Nadir Susin, Armelindo Retori e córrego sem denominação.
- Oeste:** Rio Uruguai.

8. CARACTERÍSTICAS GERAIS DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO IMÓVEL

8.1. Síntese - ZORTÉA código: 421985

Descrição	Valor	Unidade
População	2991	Pessoas
Área da unidade territorial	190,149	Km²
Eleitorado	2341	Eleitores
PIB per capita a preços correntes	10654,01	Reais
Matrícula - Ensino fundamental - 2009	534	Matrículas
Matrícula - Ensino médio - 2009	114	Matrículas
Docentes - Ensino fundamental - 2009	30	Docentes
Docentes - Ensino médio - 2009	9	Docentes
Estabelecimentos de Saúde - SUS - 2009	1	Estabelec
Receitas orçamentárias realizadas - Correntes - 2008	8.640.444,34	Reais
Despesas orçamentárias realizadas Correntes - 2008	6.890.051,25	Reais
Valor do Fundo de Participação dos Municípios - 2008	3.992.582,42	Reais
Número de unidades locais - cadastro central de empresas - 2008	91	Unidades
Pessoal ocupado - cadastro central de empresas - 2008	291	Pessoas

Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - 2011

8.2 - Aspectos Físicos

O município de Zortéa, segundo dados do Zoneamento agroecológico e socioeconômico do Estado de Santa Catarina, está abrangido dentro das Zonas Agroecológicas 3A (Vale do Rio do Peixe e Planalto Central) e 2C (Vale do Rio Uruguai).

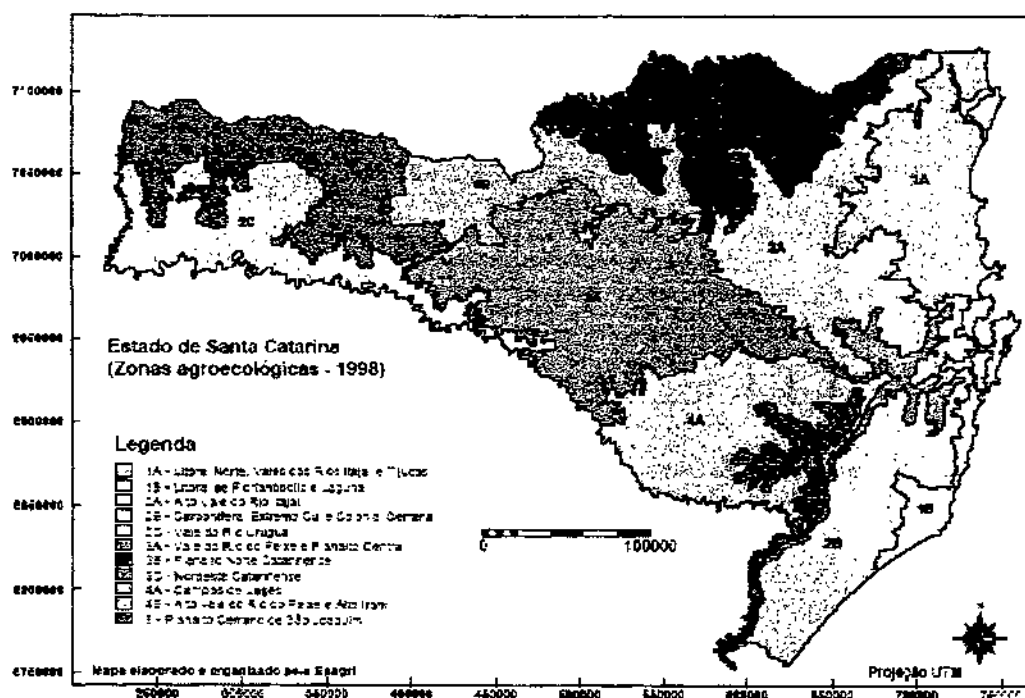
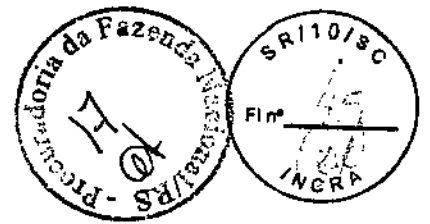


Figura 1 - Zoneamento Agroecológico e Socioeconômico do Estado de Santa Catarina



8.2.1 – Geomorfologia/Geologia/Solos:

Geomorfologia

A Zona Agroecológica 3A apresenta uma grande variação geomorfológica, devido à sua distribuição no Estado, estendendo-se desde o município de Concórdia no Meio Oeste, chegando na sua porção leste, abrangendo uma pequena parte de Biguaçu, Santo Amaro da Imperatriz e Paulo Lopes. Para o Sul do Estado, percorre uma faixa estreita que vai até o município de Praia Grande na divisa com o Rio Grande do Sul.

A maior parte da sub-região pertence às Unidades **Planalto dos Campos Gerais** e **Planalto Dissecado Rio Iguaçu/Rio Uruguai**.

Predomina na Zona Agroecológica 2C a Unidade **Planalto Dissecado Rio Iguaçu/Rio Uruguai**, com blocos de relevo isolados da Unidade **Planalto dos Campos Gerais**, em grande parte dos municípios de Guatambu e Chapecó e pequenas áreas dos municípios de Capinzal, Campos Novos e Celso Ramos.

A Unidade **Planalto Dissecado Rio Iguaçu/Rio Uruguai** caracteriza-se por apresentar relevo muito dissecado com vales profundos e encostas em patamares. Altimetricamente, as cotas ultrapassam 1.000m na borda leste, caindo até cerca de 300m gradativamente para oeste e noroeste, em direção ao eixo central da Bacia do Paraná. Esta unidade apresenta modelados resultantes dos processos de dissecção que atuaram na área associados a fatores estruturais. Estes fatores são dados pela geologia da área, constituída por seqüências de derrames de rochas efusivas que se individualizam por suas características morfológicas e petrográficas. Os modelados de dissecção apresentam-se intensamente cortados por vales e sulcos de profundidade variável em função da potência e do gradiente do rio. A forma de relevo é dada por um interflúvio estreito de topo plano ou levemente convexizado, interrompido por uma vertente de forte declividade, como escarpa, apresentando degraus que configuram patamares.

A drenagem apresenta características semelhantes em toda a unidade, uma vez que se acha fortemente controlada pela estrutura. Os rios possuem cursos sinuosos e vales encaixados, com patamares nas vertentes. O controle estrutural é evidenciado pela retificação dos segmentos dos rios, pelos cotovelos e pela grande ocorrência de lajeados, corredeiras, saltos, quedas e ilhas.

OK



O **Planalto dos Campos Gerais** apresenta-se distribuído em blocos de relevo isolados pela Unidade Geomorfológica Planalto Dissecado Rio Iguaçu/Rio Uruguai. A fragmentação em blocos ou compartimentos é consequência de processos de dissecção desenvolvidos ao longo dos principais rios, e funciona como área divisora de drenagem. Nesta área, os compartimentos que compõem o Planalto dos Campos Gerais são conhecidos regionalmente como Planalto de Capanema, Planalto de Palmas e Planalto de Chapecó, e correspondem a restos de uma superfície de aplanamento, cujas cotas altimétricas, ao redor de 600 a 1.200m, situam-se em posição mais elevada do que as áreas circundantes (Planalto Dissecado Rio Iguaçu/Rio Uruguai). O contato com outra Unidade Geomorfológica ocorre, às vezes, de forma gradativa, como em alguns trechos do Planalto de Palmas, ou é marcado por um escarpamento de forte desnível como na borda oriental do Planalto de Chapecó. O Planalto de Campos Gerais apresenta nesta área um relevo pouco dissecado, com desníveis pequenos, onde destacam-se os modelados de dissecção homogênea, caracterizados por colinas de vertentes longas e regulares com drenagem pouco aprofundada. Os rios maiores, como por exemplo o Chapecó, ao drenarem áreas desta unidade mostram geralmente vales encaixados com patamares dissimulados nas encostas e cursos tortuosos, com algumas curvas meândricas. De uma maneira geral os rios apresentam corredeiras e pequenas cachoeiras resultantes das diferenças interiores nos derrames de rochas efusivas. O fato do relevo desta Unidade Geomorfológica ser pouco dissecado a planar, recoberto por formações superficiais de um material argilo-siltoso, permite a instalação de uma agricultura mecanizada nestas áreas. Isso tem acelerado os processos erosivos ligados ao escoamento superficial, evidenciado por formação de sulcos nas encostas cultivadas e nas laterais das estradas.

Geologia

Tanto na parte oeste da Zona Agroecológica 3A, e em toda Zona Agroecológica 2C, predomina a Formação Serra Geral. Esta formação pertencente ao grupo geológico denominado São Bento, constituída basicamente por rochas vulcânicas oriundas do vulcanismo basáltico que alcançou a superfície através de fendas existentes na crosta durante o Juro-Cretáceo. A seqüência vulcânica inclui ainda rochas de composição ácida (dacitos, riodacitos e riolitos), que aparecem nesta zona agroecológica somente no município de Chapecó.





Na base dos basaltos ocorre um contato com os arenitos eólicos da Formação Botucatu, porém muitas vezes aparecem intercalados a estes. Os derrames de lavas da Formação Serra Geral abrangem vários Estados do território nacional, bem como alguns países da América do Sul, ocupando área da ordem de 1.200.000 km², com espessura média de 650m.

Com relação ao Estado de Santa Catarina, a área recoberta por este evento vulcânico chega a 52% do seu território. Além dos basaltos, estão incluídos no Grupo São Bento, sills e diques de diabásio que afloram praticamente em todo o Estado cortando rochas mais antigas, principalmente aquelas que cercam as áreas de ocorrência dos basaltos.

A parte superior dos basaltos apresenta cavidades normalmente preenchidas por zeólitas, calcedônia e clorita. As cavidades superficiais preenchidas com calcitas reduzem a acidez dos solos, enriquecendo-os com cálcio. Os dacitos, riolitos e riódacitos originam solos ácidos e com baixa fertilidade.

Solos

Com relação aos solos, conforme o Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento Nº. 46 (Embrapa 2004), que trata a respeito dos Solos do Estado de Santa Catarina, os solos que predominam na região, conforme figura abaixo são as classes Cambissolos, e Nitossolos ocorrendo em unidades simples de mapeamento ou ocorrendo em associações, tais como:

Ca39 - Cambissolo Álico Tb A proeminente, textura muito argilosa, fase campo subtropical, relevo suave ondulado e ondulado – SBCS: Cambissolo háplico.

Re1 - Associação Solos Litólicos Eutróficos A chernozêmico e moderado, textura argilosa, relevo montanhoso (substrato efusivas da Formação Serra Geral) + Cambissolo Eutrófico Ta A chernozêmico, textura argilosa, relevo forte ondulado, ambos fase pedregosa floresta subtropical perenifolia – SBCS: Neossolo Litólico e Cambissolo

Na região do imóvel podem ocorrer também inclusões de Nitossolos principalmente nas áreas mais planas do relevo.

09

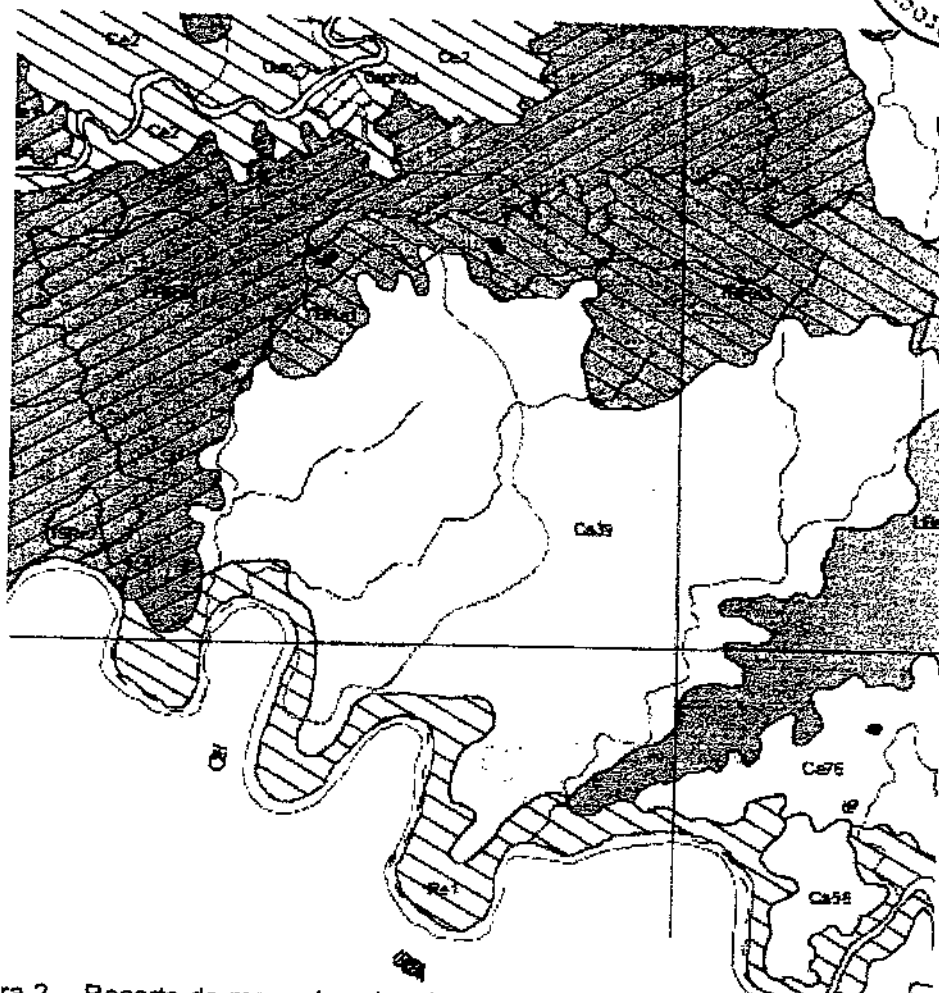


Figura 2 – Recorte do mapa de solos de SC, abrangendo a área do imóvel no município de Zortéa. Fonte: Embrapa 2004

8.2.2 - Recursos Hídricos:

Os rios que correm no estado de Santa Catarina pertencem às bacias hidrográficas do Sudeste e Platina através das bacias do Paraná e do Uruguai. As bacias do Paraná e Uruguai fazem parte da Vertente do Interior e as de Sudeste fazem parte da Vertente do Atlântico, são rios perenes e apresentam regime pluvial.

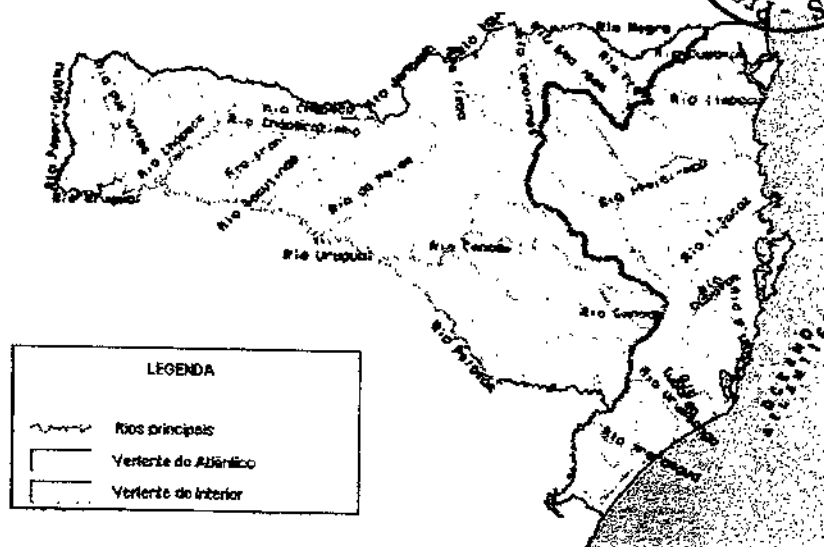


Figura 3 - Bacias Hidrográficas do Estado de Santa Catarina - Diagnóstico Geral
Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - SDM
Secretaria de Recursos Hídricos - S.R.H. / M.M.A.

Os dois grandes divisores das bacias são as Serras Litorâneas e a Serra Geral. As Serras Litorâneas separam as bacias da Vertente do Atlântico da Bacia do Paraná, enquanto a Serra Geral separa as bacias da Vertente do Atlântico da Bacia do Uruguai e da Bacia do Paraná.

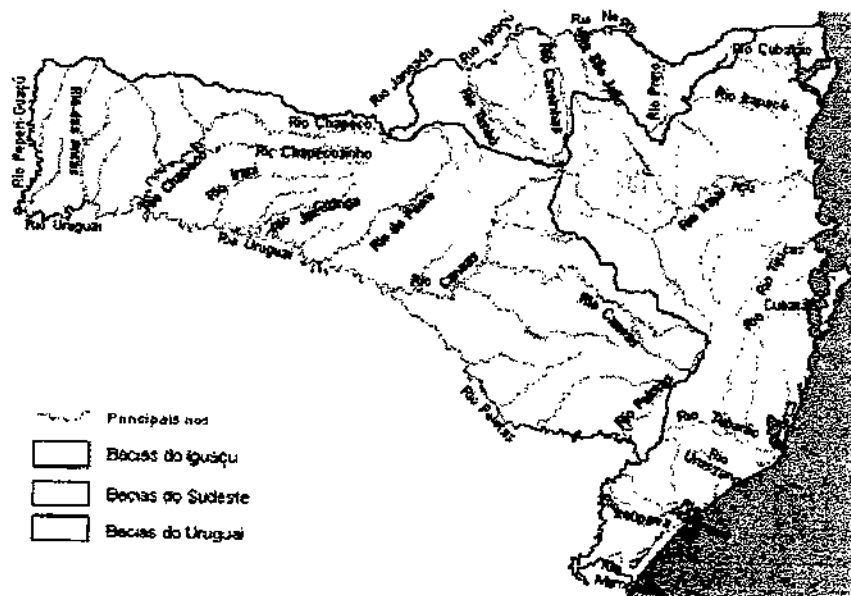


Figura 4 - Bacias Hidrográficas do Estado de Santa Catarina - Diagnóstico Geral
Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - SDM
Secretaria de Recursos Hídricos - S.R.H. / M.M.A.

De acordo com a divisão do território do Estado de Santa Catarina, o estado é dividido em dez regiões hidrográficas, conforme Lei nº 10.949, de 09 de novembro

20

de 1998 do Governo do Estado de SC. Este imóvel rural encontra-se inserido na Região Hidrográfica do Planalto de Lages (RH-4).

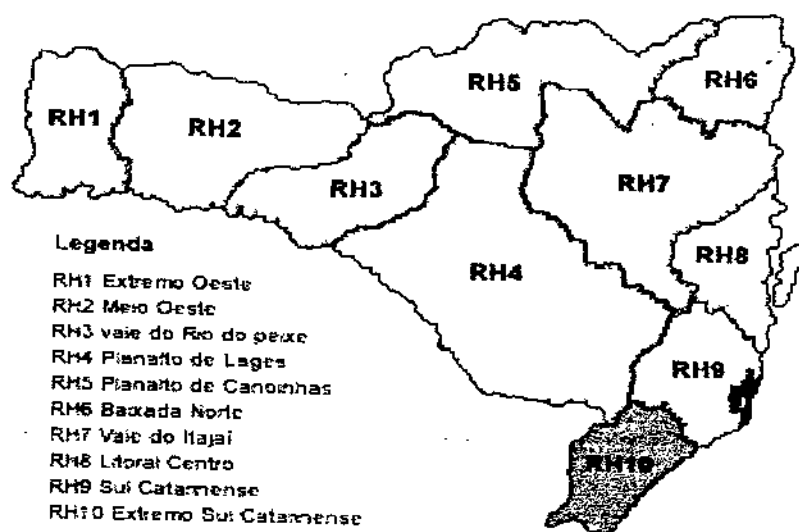


Figura 5 - Divisão do território do Estado de Santa Catarina em dez bacias hidrográficas, conforme Lei nº 10.949, de 09 de novembro de 1998, do Governo do Estado de SC.

Os principais cursos d'água na região são: Rio Canoas, Rio Santa Cruz e Rio do Peixe, os quais drenam para o Rio Uruguai, que faz divisa entre os Estados de SC e RS.

8.2.3 – Clima

A Zona Agroecológica 3A é classificada como clima Cfb, segundo Köppen, ou seja, clima temperado constantemente úmido, sem estação seca, com verão fresco (temperatura média do mês mais quente $< 22,0^{\circ}\text{C}$). O clima é mesotérmico brando (temperatura do mês mais frio entre 10 e 15°C), com isoterma do mês mais frio entre $11,5^{\circ}\text{C}$ e $13,0^{\circ}\text{C}$, ficando inserida, desta forma, na GUP 3.

A temperatura média anual da Zona Agroecológica 3A varia de $15,8$ a $17,9^{\circ}\text{C}$. A temperatura média das máximas varia de $22,3^{\circ}\text{C}$ a $25,8^{\circ}\text{C}$ e das mínimas de $10,8^{\circ}\text{C}$ a $12,9^{\circ}\text{C}$. A precipitação pluviométrica total anual, pode variar de 1.460 a 1.820mm , com o total anual de dias de chuva entre 129 e 144 dias. A umidade relativa do ar pode variar de $76,3$ a $77,7\%$. Podem ocorrer, em termos normais, de $12,0$ a $22,0$ geadas por ano. Os valores de horas de frio abaixo ou iguais a $7,2^{\circ}\text{C}$ variam de 437 a 642 horas acumuladas por ano.

A insolação total anual varia de 2.137 a 2.373 horas nesta sub-região.

Já a Zona Agroecológica 2C é classificada como clima Cfa, segundo Köppen, ou seja, clima subtropical constantemente úmido, sem estação seca, com



verão quente (temperatura média do mês mais quente $> 22,0^{\circ}\text{C}$) clima mesotérmico brando (temperatura do mês mais frio entre 10 e 15°C), ficando inserida, desta forma, na GUP 2. A temperatura média anual varia de $17,9$ a $19,8^{\circ}\text{C}$. A temperatura média das máximas varia de $25,8$ a $27,5^{\circ}\text{C}$, e das mínimas de $12,9$ a $14,0^{\circ}\text{C}$.

A precipitação pluviométrica total anual, pode variar de 1.430 a 2.020 mm, com o total anual de dias de chuva entre 118 e 146 dias. A umidade relativa do ar pode variar de 77 a 82% .

Podem ocorrer, em termos normais, de $5,0$ a $12,0$ geadas por ano. Os valores de horas de frio iguais ou abaixo de $7,2^{\circ}\text{C}$ variam de 164 a 437 horas acumuladas por ano. A insolação varia de 2.117 a 2.395 horas nesta sub-região.

8.2.4 – Vegetação

Segundo o Zoneamento agroecológico e socioeconômico do Estado de Santa Catarina, a vegetação primária predominante na região é composta por:

- **Floresta de Araucária na Bacia Pelotas-Canoas**, com destaque para a canela lajeana (*Ocotea pulchella*), canela-amarela (*Nectandra lanceolata*), canela-guaicá (*Ocotea puberula*), canela-fedida (*Nectandra grandiflora*), canela-fogo (*Cryptocarya aschersoniana*) e camboatá (*Matayba elaeagnoides*), entre outras.

- **Floresta de Araucária na Bacia Iguaçu-Negro e nos Planaltos Elevados das Bacias dos Afluentes do Rio Uruguai**, com submata onde predomina a imbuia (*Ocotea porosa*), sapopema (*Sloanea lasiocoma*), a erva-mate (*Ilex paraguariensis*), e a taquara (*Merostachys multiramea*).

- **Campos com Capões, Florestas Ciliares e Pequenos Bosques de Pinheiros**, com predominância de ervas (Gramíneas, Ciperáceas, Compostas e Leguminosas).

- **Faxinal ao Longo das Ramificações da Serra Geral**, e outras serras isoladas, com predominância de carne-de-vaca (*Clethra scabra*), guamirins (*Gomidesia* spp., *Myrceugenia* spp.), caúnas (*Ilex* spp.), pinheiro (*Araucaria angustifolia*), taquara (*Merostachys* spp.) e carás (*Chusquea* spp.).

- **Faxinal da Serra do Tabuleiro**, com predominância de guaraperê (*Lamanonia speciosa*), carne-de-vaca (*Clethra scabra*), caúnas (*Ilex* spp.), guamirins

(*Eugenia* spp., *Myrcia* spp., *Myrceugenia* spp.), taquaras (*Merostachys* spp.) e carás (*Chusquea* spp.).

- **Floresta Subtropical da Bacia do Rio Uruguai**, com predominância da grápia (*Apuleia leiocarpa*), angico-vermelho (*Parapiptadenia rigida*), louro-pardo (*Cordia trichotoma*), guajuvira (*Patagonula americana*), maria-preta (*Diatenopterix sorbifolia*), rabo de mico (*Lonchocarpus leucanthus*), canharana (*Cabralea glaberrima*), canafístula (*Peltophorum dubium*), cedro (*Cedrela fissilis*), guatambu (*Balfourodendron riedelianum*) e timbaúva (*Enterolobium contortisiliquum*).

8.2.5 - Fauna

Toda a região, de certo modo, já está descaracterizada de seus ambientes naturais. Restam poucas áreas com vegetação nativa, que servem de refúgio aos animais silvestres. Portanto, nas propriedades rurais, a maioria dos animais encontrados é de criação, exceto nas áreas mais íngremes da região, onde a presença humana tem dificuldades de se estabelecer.

Invertebrados

Os insetos encontram-se amplamente representados nessa região englobando as seguintes ordens: Díptera, Hymenoptera, Lepidoptera, Coleóptera, Ortóptera, Odonata, Hemíptera, Homóptera, Sifonaptera e Anoplura.

A classe Arachnida (aranha, escorpiões e ácaros) é composta de indivíduos de relevante interesse médico, uma vez que os venenos produzidos apresentam diferentes composições bioquímicas e agem diferentemente em cada organismo afetado. Na região ainda podem ser encontrados exemplares de aranha-marrom (*Loxosceles* sp), de aranha-da-grama ou de jardim (*Lycosa* sp.) e a caranguejeira (*Pachistopelma* sp).

Peixes

A classe de peixes que predomina na região é a classe Osteichthyes, composta por peixes que apresentam esqueleto ósseo. Esse é um grupo numeroso contando com estimativas de 3.000 espécies de água doce somente para o Brasil. Na região os peixes mais comumente encontrados são: lambaris (*Astyanax* spp), bagres (famílias Pimelodidae, Auchenipteridae e Doradidae), trairas (*Hoplias lacerdae* e *H. malabaricus*), carás (*Apistogramma* spp, *Chaetobranchopsis* sp).

25
21
Ministério da Fazenda Nacional
NORR

Leiodontomys sp), jundiás (*Rhamdia* sp), joanas (*Gobius* sp), cascudos (*Hypostomus* sp), *Ancistrus* sp) saicangas (*Acestrorhynchus* spp, *Charax* sp, *Cynopotamus* sp), *Tilapia* (*Tilapia rendalli* e *Oreochromis* sp) e carpas (*Cyprinus* sp, *Ctenopharyngodon* sp).

Anfíbios

Os anfíbios englobam uma ampla variedade de animais de hábitos juvenis aquáticos, que, após adultos, tornam-se essencialmente terrestres, porém dependem de locais úmidos ou próximos a corpos d'água como habitat. Os principais representantes destes animais são sapos, rãs e pererecas, todos pertencentes à classe Anura. A maioria apresenta hábitos alimentares insetívoros, sendo, portanto, ótimos controladores de pragas. Desse modo, os anfíbios trazem benefícios para a população, pois podem controlar pragas que atacam as lavouras e criações, e controlam também insetos que causam danos diretos à saúde. Além disso, são indicadores biológicos, já que são sensíveis a alterações ambientais como poluição, variações de temperaturas, umidade e alterações na qualidade das águas.

O estado de SC possui cerca de 60 espécies diferentes de anfíbios. Na megafauna a espécie mais representativa é o sapo *Bufo* sp. As demais espécies encontradas são: a perereca (*Scinax* sp, *Hypsiboas bischoffi*, *H. prasinus*), a rã comum (*Leptodactylus ocellatus*), o sapo-boi-mocho (*Odontophrynus americanus*) e a flautinha (*Aplastodiscus albosignatus*).

Répteis

A fauna de répteis da região é bastante limitada. No estado de Santa Catarina são encontradas algumas espécies de serpentes como *Micrurus* sp (cobra-coral verdadeira), *Bothrops jararaca* (jararaca), *Bothrops alternatus* (urutu ou cruzeira), *Bothrops cotiara* (coatiara) e *Crotalus* spp (cascavel). Já as serpentes não peçonhentas encontradas no estado compõe principalmente as famílias Boidae e Colubridae. As espécies mais encontradas na região são a muçurana (*Boiruna* sp.), a cobra-coral falsa (*Oxyrhopus* sp. e *Erythrolamprus* sp.), cobra d'água (*Liophis* sp., *Macrops carinicaudus*), parelheira, (*Phyllodryas* sp), caninana (*Spilotes* sp), cobra-cão (*Chironius exoletus*), e boipeva (*Waglerophis* sp), segundo a distribuição das espécies pelo Instituto Butantan. Dentre as serpentes peçonhentas encontradas



nesta região, cabe destacar a jararaca que é a maior causadora de acidentes na região Sul do Brasil.

A ocorrência de lagartos é representada principalmente pelos teiús ou lagarto de papo amarelo (*Tupinambis merinae*) que são freqüentemente avistados pelas estradas, bem como próximo às casas dos moradores. Moradores locais não citam a interferência desses animais nas criações e plantações.

Aves

A importância ecológica das aves está no fato de muitas estarem intimamente ligadas aos seus habitats e serem sensíveis a alterações em seus biótipos. Sendo assim, as aves podem ser consideradas excelentes indicadores biológicos, podendo ser utilizadas no controle, manejo e conservação de ecossistemas. Além disso, atuam como excelentes dispersores de sementes, polinizadores e no controle biológico.

As espécies descritas em literatura para a região são: carrapateiro (*Milvago chimachima*), quero-quero (*Vanellus chilensis*), pombão (*Columba picazuro*), juriti-pupu (*Leptotila verreauxi*), surucuá-variado (*Trogon surrucura*), picapauzinho-verde-carijó (*Veniliornis spilogaster*), pica-pau-do-campo (*Colaptes campestris*), arapaçu-verde (*Sittasomus griseicapillus*), arapaçu-escamoso-do-sul (*Lepidocolaptes falcinellus*), choca-da-mata (*Thamnophilus caerulescens*), tovaca-campainha (*Chamaeza campanisona*), tororó (*Todirostrum plumbeiceps*), flautim (*Schiffornis virescens*), coruira (*Troglodytes musculus*), sabiá-laranjeira (*Turdus rufiventris*), tico-tico (*Zonotrichia capensis*), trinca-ferro-verdadeiro (*Saltator similis*), pula-pula (*Basileuterus culicivorus*), pula-pula-assobiador (*Basileuterus leucoblepharus*), pitiguari (*Cyclarhis gujanensis*), tecelão (*Cacicus chrysopterus*), gralha-picaça (*Cyanocorax chrysops*), chupim (*Gnorimopsar chopi*), papo-preto (*Hemithraupis guira*), caneleirinho (*Pachyramphus castaneus*), gavião-carijó (*Buteo magnirostris*) e curicaca (*Theristicus caudatus*).

Mamíferos

As espécies de mamíferos encontradas na região são: Gambá-de-orelha branca (*Didelphis albiventris*), Catita (*Gracilinanus agilis*), Tamanduá-mirim (*Tamanduá tetradactyla*), Tatú-galinha (*Dasypus novemcinctus*), Morcego-fruteiro (*Artibeus lituratus*), Morcego-vampiro (*Desmodus rotundus*), Morcego-borboleta

90

grande (*Eptesicus brasiliensis*), Bugio (*Alouatta fusca*), Macaco-prego (*Cebus apella*), Graxaim-do-mato (*Cerdocyon thous*), Quati (*Nasua nasua*), Mão-pelada (*Procyon cancrivorus*), Furão (*Galictis cuja*), Lontra (*Lontra longicaudis*), Gato-maracajá (*Leopardus wiedii*), Serelepe (*Sciurus aestuans*), Ouriço-caixeiro (*Sphiggurus villosus*), Preá (*Cavia aperea*), Paca (*Agouti paca*) e Tapiti (*Sylvilagus brasiliensis*).

Fauna Doméstica

Em toda a região podem ser observadas criações de bovinos, suínos, eqüinos, caprinos, ovinos, aves (galinhas, patos, gansos e marrecos), peixes, abelhas e animais domésticos como gatos e cães.

8.3 - Aspectos Sócio-Econômicos e Culturais

8.3.1 – Caracterização Territorial.

O município de Zortéa está situado na Mesorregião Serrana, dentro da Microrregião Geográfica (MRG) Curitibanos, mais especificamente dentro da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Campos Novos.

Possui uma extensão territorial de 190,149 km². Pertence à Associação dos Municípios do Planalto Sul de Santa Catarina - AMPLASC. A distância entre a cidade de Zortéa e a capital Florianópolis é de 454 km. Limita-se ao Norte com os municípios de Campos Novos e Capinzal; ao Sul com o Estado do Rio Grande do Sul; a Leste com o município de Campos Novos e a Oeste com o município de Capinzal.

A – Municípios: Área e Localização

Quadro 1 - Área territorial, por municípios da SDR Campos Novos – ano de 2005.

MUNICÍPIOS	SUPERFÍCIE (Km ²)
Abdon Batista	235,598
Brunópolis	335,513
Campos Novos	1659,625
Celso Ramos	207,409
Ibiam	147,329
Monte Carlo	162,785
Vargem	350,124
Zortéa	190,149

Fonte: Fundação IBGE/Diretoria de Geociência/Departamento de Cartografia

B - Estrutura Fundiária da região



Os quadros abaixo relatam as mudanças ocorridas, no período compreendido entre os anos de 1975 e 2003, em relação ao tamanho das áreas dos imóveis rurais.

Quadro 2. Estrutura Fundiária da região

Municípios	Menos de 10 ha			10 < 20 ha			20 < 50 ha		
	1975	1995	2003	1975	1995	2003	1975	1995	2003
Abdon Batista	-	202	142	-	152	136	-	170	207
Brunópolis	-	-	148	-	-	86	-	-	157
Campos Novos	1043	857	218	713	541	445	821	657	433
Celso Ramos	-	367	143	-	207	133	-	185	129
Ibiam	-	-	94	-	-	128	-	-	147
Monte Carlo	-	56	97	-	28	59	-	22	55
Vargem	-	345	164	-	132	135	-	138	165
Zortéa	-	-	36	-	-	42	-	-	62

Continuação Quadro 2

Municípios	50 < 100 ha			100 < 500 ha			≥ 500 ha		
	1975	1995	2003	1975	1995	2003	1975	1995	2003
Abdon Batista	-	45	61	-	18	29	-	-	-
Brunópolis	-	-	65	-	-	65	-	-	6
Campos Novos	379	301	174	375	401	229	83	53	44
Celso Ramos	-	53	43	-	19	11	-	1	1
Ibiam	-	-	27	-	-	9	-	-	1
Monte Carlo	-	11	14	-	10	24	-	5	6
Vargem	-	46	41	-	45	27	-	8	9
Zortéa	-	-	28	-	-	17	-	-	3

Observa-se nessa microrregião, no ano de 2003, a predominância de imóveis rurais com áreas de até 50 hectares (79,22%). Apresenta também 10,08% de imóveis rurais com área de 50 a menos de 100 hectares, 9,14 % de imóveis rurais com área de 100 a menos de 500 hectares e 1,56 % de imóveis rurais com área superior a 500 hectares. O módulo fiscal dos municípios de Abdon Batista, Brunópolis, Campos Novos, Celso Ramos, Monte Carlo, Vargem e Zortéa é de 20 hectares, com fração mínima de parcelamento de 3 hectares e pequenas propriedades com áreas de até 80 hectares, médias com áreas de 80 a 300 hectares e grandes com áreas superiores a 300 hectares. Já para o município de Ibiam o módulo fiscal é de 18 hectares, com fração mínima de parcelamento de 3 hectares e pequenas propriedades com áreas de até 72 hectares, médias com áreas de 72 a 270 hectares e grandes com áreas superiores a 270 hectares.

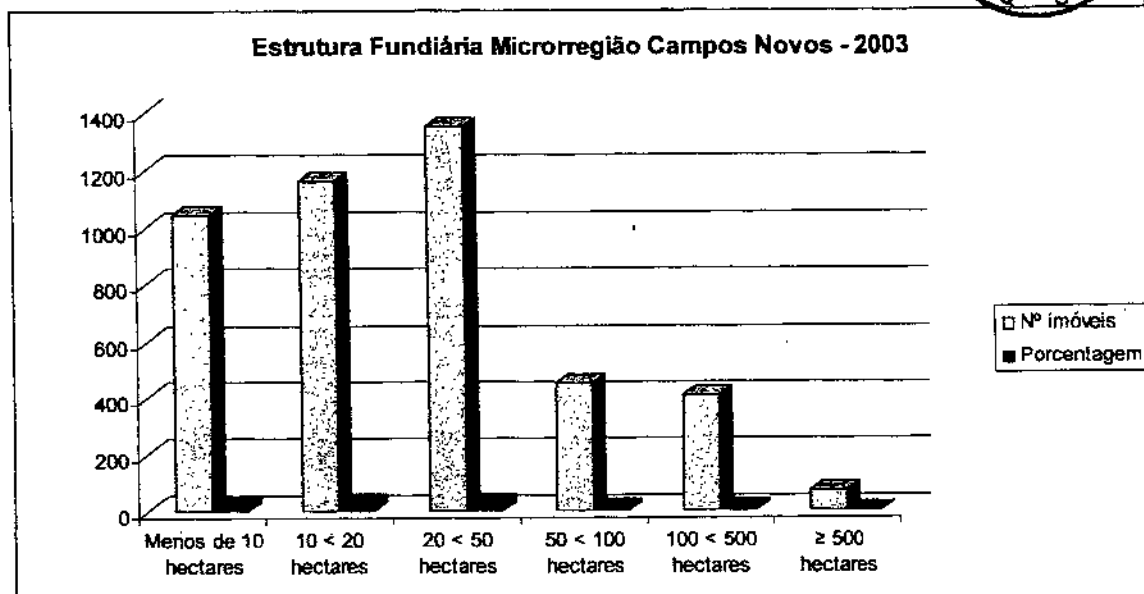


Figura 6 – Estrutura fundiária da microrregião.

C – Demandas Regionais identificadas por acampamentos ou evidentes sinais desemprego e pobreza

Segundo dados apresentados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), no ano de 2010, no Estado de Santa Catarina, houve 2 ocorrências de ocupações de imóveis rurais, envolvendo 210 famílias, a maior parte ligadas ao MST.

Na SDR Campos Novos, não houve esse tipo de ocorrência.

D – Recursos naturais

Em relação aos recursos minerais, conforme DNPM, na microrregião, há alguns pedidos de liberação de pesquisa e outros de exploração, de materiais como areia, argila, basalto, água mineral, argila refratária, saibro e cascalho.

8.3.2 – Caracterização da Infra-Estrutura

A - Transporte e Sistema Viário

Os municípios são servidos regularmente por linhas de ônibus interestaduais e intermunicipais que ligam o município à capital do Estado e às cidades mais importantes do interior de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os principais acessos se dão pelas rodovias BR-282, BR-283, SC-458.

01

Quadro 3 - Frota de veículos na microrregião de Campos Novos – 1998 a 2008.

Veículos	Anos										
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Automóveis	5358	5869	6372	6696	7505	8498	9468	10005	10527	11354	12391
Caminhões	954	1024	1084	1133	1202	1279	1346	1420	1442	1517	1590
Camionetas	1045	1144	1207	1270	1391	1589	1772	1864	1933	2063	2297
Motos	475	579	735	801	969	1238	1527	1821	2197	2593	2932
Ônibus	94	100	106	120	168	201	224	237	257	261	277
Outros	186	200	219	227	263	323	385	484	513	554	626

Fonte: DENATRAN

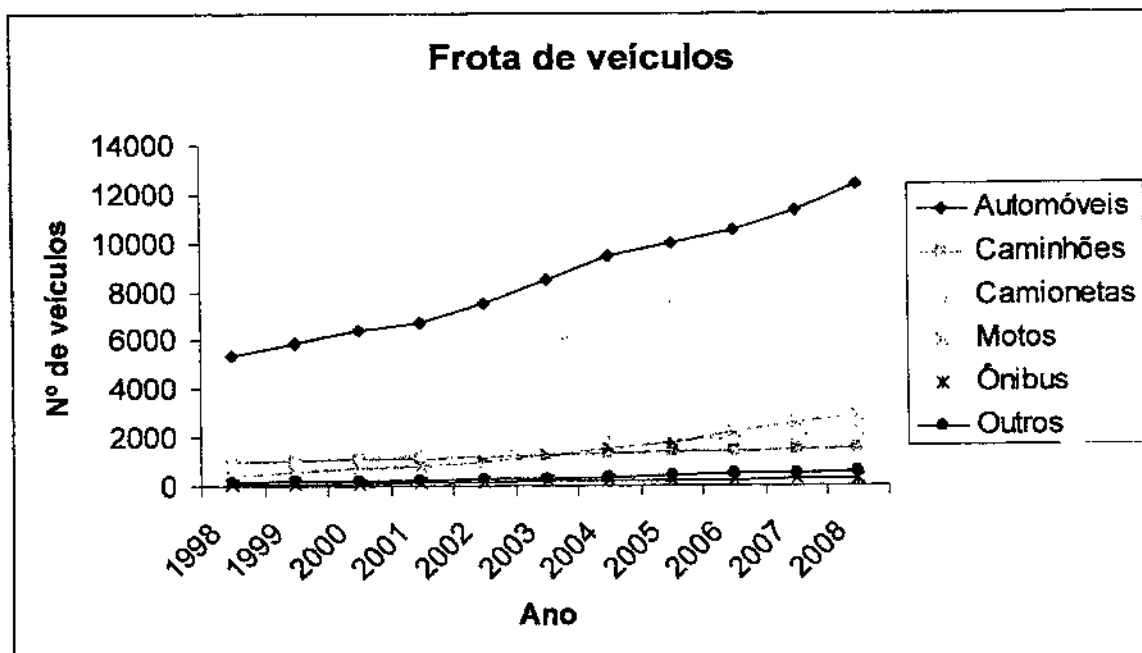


Figura 7 – Frota de Veículos na microrregião de Campos Novos. Fonte: DENATRAN

B – Eletrificação

A região é abastecida com energia pela CELESC (Centrais Elétricas de Santa Catarina).

Na região há a Usina Hidrelétrica Campos Novos, instalada no Rio Canoas, 21 km a montante da sua foz, latitude S.27°36', longitude W.51°19', nos municípios de Campos Novos, Celso Ramos, Anita Garibaldi e Abdon Batista, com uma potência instalada de 880 MW.

Também na região, há a Usina Hidrelétrica de Machadinho, instalada no município de Piratuba – SC e Maximiliano de Almeida – RS, mas com área alagada até os municípios de Capinzal e Zortéa, com uma potência instalada de 1140 MW.

Há quatro projetos para Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), a PCH Barra do Leão, a PCH Spessato, a PCH Santo Expedito e a PCH Camboatá, todas elas localizadas no Rio do Leão, no município de Campos Novos.



C - Entidades de Crédito:

A microrregião de Campos Novos conta com diversas opções de entidades de crédito rural para financiar as atividades agropecuárias da região.

D - Órgãos de Apoio (Pesquisa e Assistência Técnica):

A assistência técnica, a difusão de tecnologia e fomento é realizada em todos os municípios pelo governo estadual, em convênio com as prefeituras locais, através da EPAGRI, CIDASC e do Projeto Micro bacias que desenvolvem programas voltados para as atividades agropecuárias.

8.3.3 – Caracterização Econômica

A - Atividades Econômicas:

A microrregião dos Campos Novos possui forte aptidão agropecuária. Em relação à produção animal, há predominância dos suínos com mais de 170.000 cabeças e dos bovinos com mais de 90.000 cabeças, com destaque para o Município de Campos Novos, também há produção de ovinos e eqüinos.

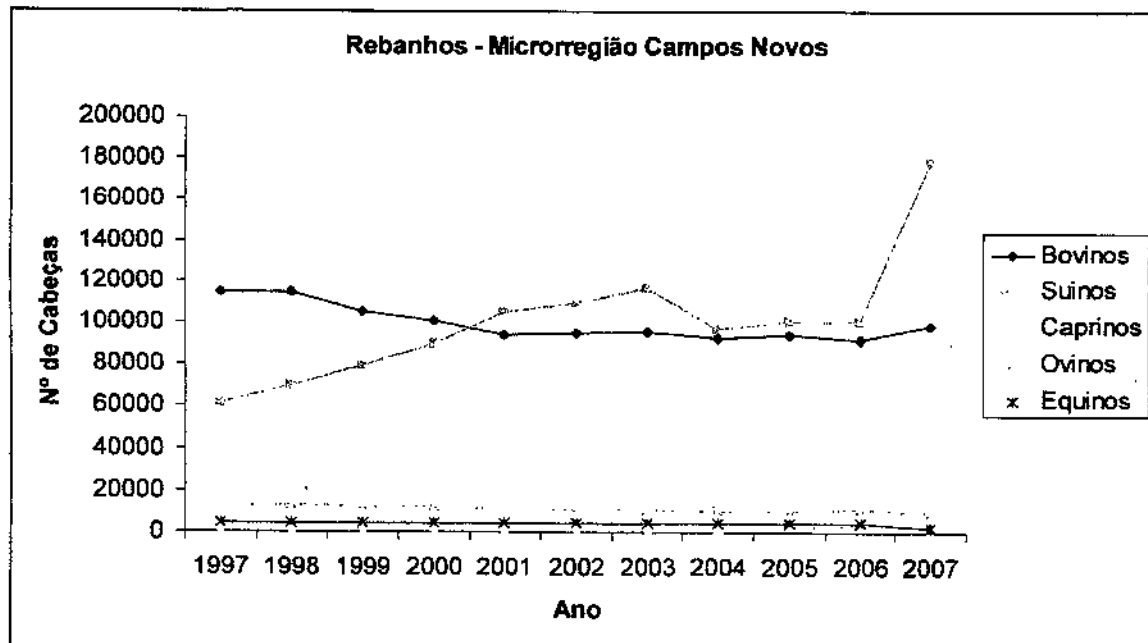


Figura 8 – Rebanhos na microrregião de Campos Novos. Fonte: DENATRAN

Handwritten signature or mark.

Handwritten mark.

O município de Zortéa apresenta uma economia baseada no setor primário, onde predomina as pequenas propriedades rurais, como já visto no item que trata da estrutura fundiária do município.

Em relação a culturas permanentes, destaca-se na microrregião a produção de Maça, no Município de Monte Carlo.

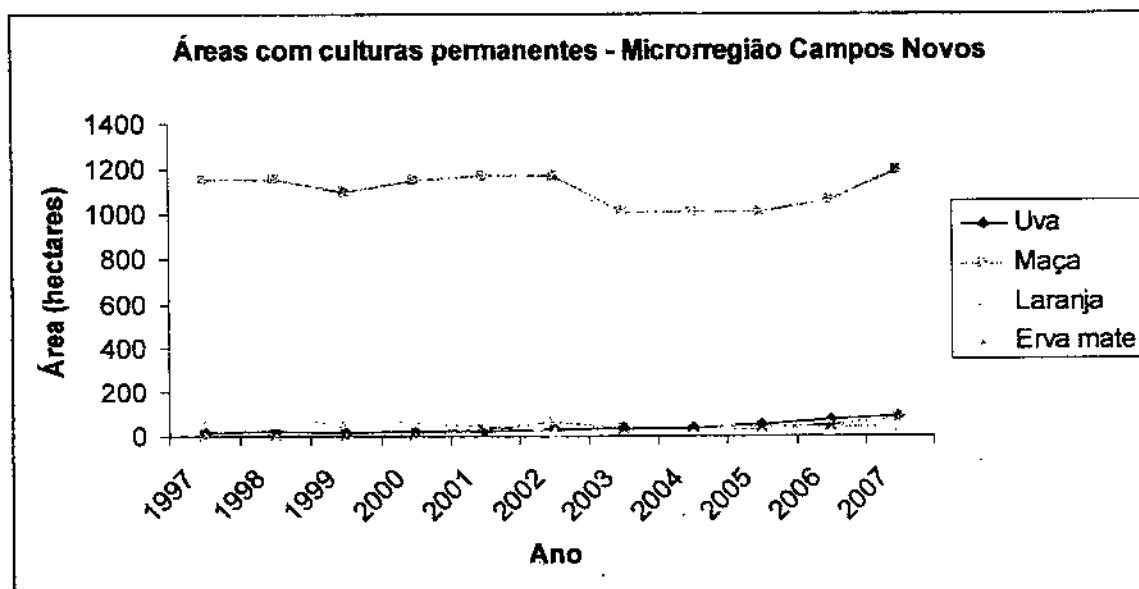


Figura 9 – Culturas permanentes na microrregião de Campos Novos. Fonte: IBGE

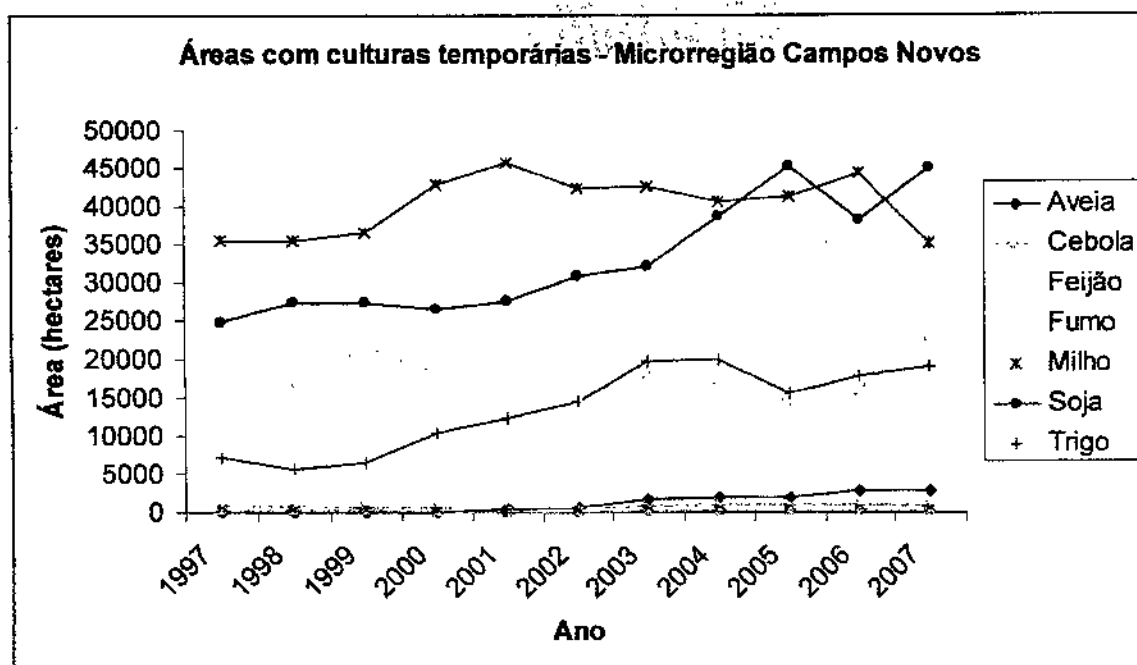


Figura 10 – Culturas temporárias na microrregião de Campos Novos. Fonte: IBGE

Quanto às culturas temporárias, as principais culturas na microrregião são a soja, o milho, o trigo e o feijão com destaque para o município de Campos Novos.

Ainda em relação à produção vegetal, grande parte da economia da região está alicerçada na produção de madeira, principalmente o pinus e o eucalipto, com destaque para os Municípios de Campos Novos e Monte Carlo.

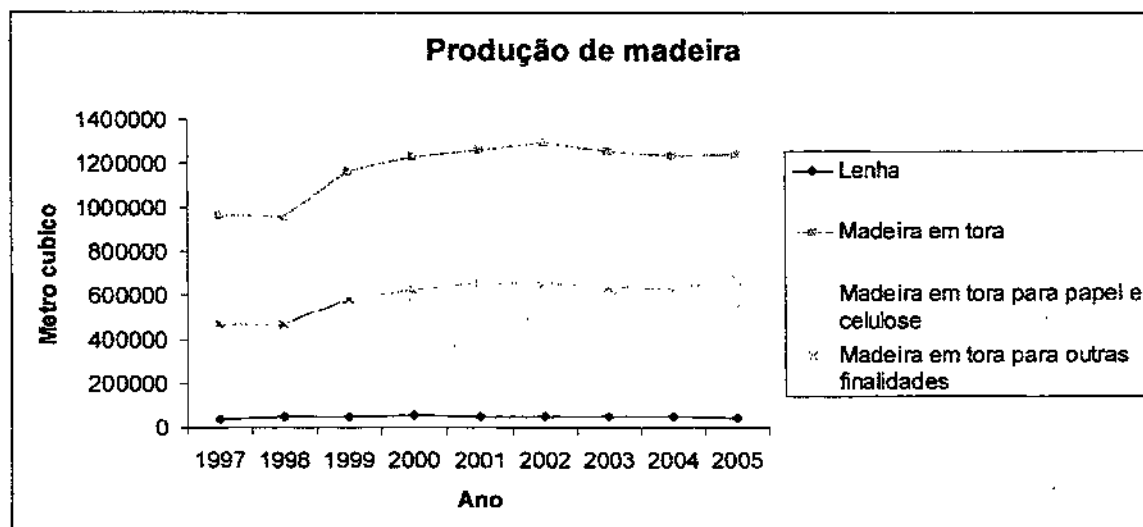


Figura 11 – Produção de madeira na microrregião de Campos Novos. Fonte: IBGE

Principais atividades mantenedoras da economia da região, para os diversos setores de produção.

Em relação à utilização de mão de obra na microrregião de Campos Novos, no período compreendido entre os anos de 2000 e 2006, o maior crescimento de mão de obra foi no setor de comércio com crescimento de 62,47%, seguido do setor da construção civil, com 58,47%, e do setor da Administração pública, com crescimento de 54,18%.

Os setores de produção que mais empregam mão de obra na microrregião de Campos Novos, no período compreendido entre os anos de 2000 e 2006, são os setores da indústria de transformação, administração pública, comércio, agropecuária e serviços.

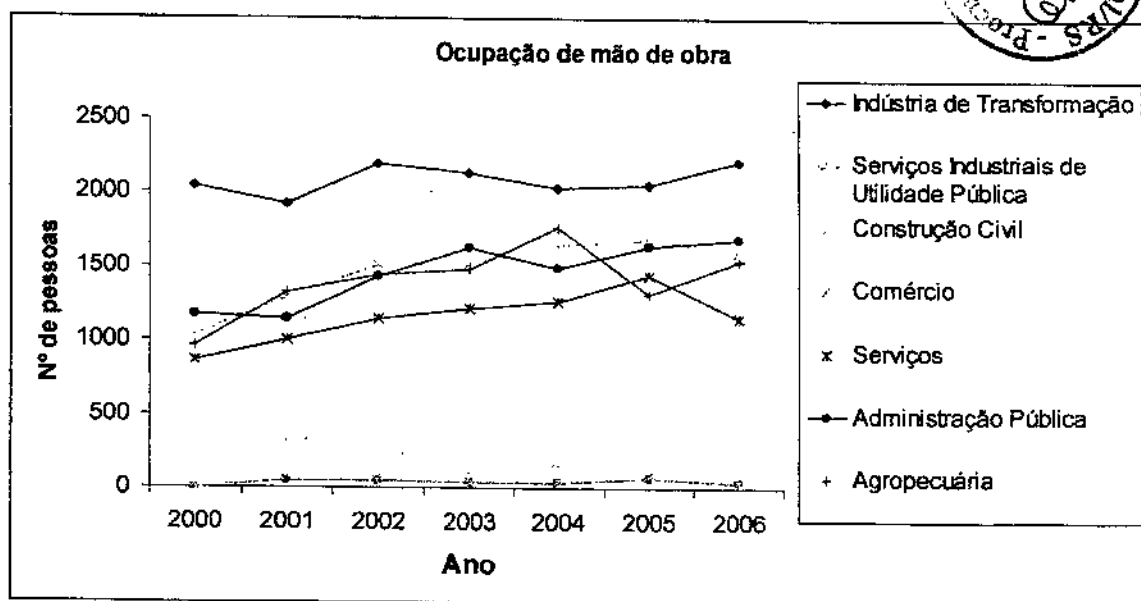


Figura 12 – Ocupação da mão de obra na microrregião de Campos Novos. Fonte: IBGE

Capacidade de absorção de mão-de-obra agrícola e não-agrícola e possibilidade de interdependência

Tendências de processos migratórios

Segundo Turnes (2008) o estado de Santa Catarina vem vivenciando um amplo processo de transformação, no que se refere a sua distribuição populacional. Um dos fluxos predominantes no estado é marcado pela redução das populações dos municípios situados na parte oeste do estado e pelo aumento do nº de habitantes nas regiões que se localizam próximo ao Oceano Atlântico ("Litoralização").

Além disso, contribui para o aumento da concentração populacional nos municípios litorâneos o expressivo nº de migrantes vindos de outros estados ou países, que representaram mais de 1/3 do aumento do nº de habitantes de Santa Catarina no período de 2000 a 2005.

Ao compararmos o sentido do fluxo migratório catarinense, tanto no nível intermunicipal como no nível inter-regional, pode-se afirmar que as pessoas migram de regiões menos dinâmicas para aquelas regiões que apresentam melhores desempenhos econômicos. Nota-se um sólido movimento no sentido rural-urbano ("desruralização"), com a significativa redução do número de habitantes de regiões tipicamente rurais e o aumento da concentração nas regiões mais urbanizadas do estado.

8.3.4 – Caracterização Social

Observa-se no quadro abaixo, que todos os municípios pertencentes a microrregião de Campos Novos, apresentaram uma elevação no IDH, no período compreendido entre os anos de 1991 e 2000. O mesmo aconteceu quando se observa os IDH Educação, Longevidade e Renda.

Quadro 4 – IDHM dos municípios na microrregião de Campos Novos.

Municípios	IDHM		IDHM - Renda		IDHM - Longevidade		IDHM - Educação	
	1.991	2.000	1.991	2.000	1.991	2.000	1.991	2.000
Abdon Batista	0,670	0,774	0,550	0,627	0,716	0,823	0,745	0,871
Brunópolis	0,635	0,742	0,508	0,602	0,765	0,823	0,631	0,800
Campos Novos	0,696	0,794	0,632	0,695	0,709	0,816	0,746	0,872
Celso Ramos	0,677	0,762	0,536	0,614	0,739	0,821	0,755	0,850
Ibiam	0,697	0,809	0,581	0,691	0,788	0,854	0,722	0,881
Monte Carlo	0,669	0,733	0,584	0,618	0,716	0,766	0,708	0,815
Vargem	0,663	0,768	0,508	0,651	0,765	0,823	0,716	0,831
Zortéa	0,698	0,798	0,622	0,667	0,736	0,823	0,735	0,905

IDH-M: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. É obtido pela média aritmética simples de três sub-índices (IDHM - Longevidade, IDHM - Educação, IDHM - Renda).

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD, IPEA, Fund. João Pinheiro)

Esperança de vida e mortalidade infantil

Os dados da tabela abaixo mostram que no período compreendido entre os anos de 1991 e 2000, houve um aumento na esperança de vida e uma diminuição da mortalidade infantil.

Quadro 5 – Esperança de vida e mortalidade infantil nos anos de 1991 e 2000.

Municípios	Esperança de vida		Mortalidade infantil	
	1991	2000	1991	2000
Abdon Batista	67,97	74,40	30,84	14,87
Brunópolis	70,87	74,40	22,47	14,87
Campos Novos	67,56	73,94	32,13	15,88
Celso Ramos	69,32	74,25	26,75	15,19
Ibiam	72,25	76,26	18,99	11,08
Monte Carlo	67,97	70,95	30,84	23,26
Vargem	70,87	74,40	22,47	14,87
Zortéa	69,18	74,40	27,17	14,87

Esperança de vida: nº. médio de anos que as pessoas viveriam a partir do nascimento

Mortalidade infantil: nº. de crianças que não irão sobreviver ao primeiro ano de vida em cada 1000 crianças nascidas vivas. Fonte: Censos Demográficos de 1991 e 2000 - IBGE

Taxa de Aprovações e Analfabetismo

Os dados da tabela abaixo mostram uma alta taxa de aprovações nas escolas da rede municipal e estadual de educação. Mostra também que ainda há um número relativo de analfabetos, principalmente na faixa etária acima dos 15 anos.

Tabela 1 - Taxa de aprovação e taxa de analfabetismo nos municípios da microrregião de Campos Novos, no ano de 2005.

Municípios	Taxa de aprovação média (%) 1ª fase EF rede municipal (P)	Taxa de aprovação média (%) 1ª fase EF rede estadual (P)	Taxa de aprovação média (%) 2ª fase EF rede municipal (P)	Taxa de aprovação média (%) 2ª fase EF rede estadual (P)
Abdon Batista	86,0	95,3	0,0	83,7
Brunópolis	92,6	91,0	0,0	80,2
Campos Novos	83,0	87,3	83,6	77,5
Celso Ramos	92,1	94,1	90,7	98,3
Ibiam	90,7	100,0	0,0	85,2
Monte Carlo	82,4	88,2	80,3	71,7
Vargem	84,3	87,5	0,0	83,5
Zortéa	81,5	0,0	85,2	0,0

Fonte: Ministério da Educação/INEP

Elaboração: Secretaria de Estado do Planejamento/Diretoria de Estatística, Geografia e Cartografia

Continuação da Tabela 1

Municípios	Taxa de analfabetismo ≥ 15 anos (%)	População ≥ 15 anos	População ≥ 15 anos analfabeta	Taxa de analfabetismo (10 a 15 anos) (%)	População de 10 a 15 anos	Adolescentes de 10 a 15 anos analfabetos
Abdon Batista	10,9	1.772	193	1,8	304	5
Brunópolis	16,1	2.224	358	2,7	396	11
Campos Novos	10,4	20.094	2.090	1,9	3.495	66
Celso Ramos	10,9	1.740	190	1,7	313	5
Ibiam	9,6	1.331	128	2,5	231	6
Monte Carlo	13,7	6.808	933	3,7	1.316	49
Vargem	11,6	2.228	258	2,5	431	11
Zortéa	7,7	2.026	156	1,6	338	5

Fonte: Ministério da Educação/INEP

Elaboração: Secretaria de Estado do Planejamento/Diretoria de Estatística, Geografia e Cartografia

Acesso a Serviços Básicos

Os dados da tabela abaixo mostram que no período compreendido entre os anos de 1997 e 2001, houve um aumento no número de consumidores de energia elétrica, como também os domicílios servidos com o serviço de água encanada e coleta de lixo.

Quadro 6 – Serviços básicos

Municípios	Energia elétrica		Água encanada	Coleta de lixo
	1997	2001	2000	2000
Abdon Batista	827	916	259	244
Brunópolis	646	937	273	296
Campos Novos	8649	9521	6251	5997
Celso Ramos	784	853	237	188
Ibiam	486	543	131	126
Monte Carlo	1925	2382	1844	1895
Vargem	821	999	187	174
Zortéa	684	880	574	587

Energia Elétrica – nº de consumidores.

Água encanada e lixo – nº de domicílios com estes serviços.

Fonte: IBGE e SDE - Anuário Estatístico de Santa Catarina - 2001

Riqueza e Desigualdade

Os dados das tabelas abaixo mostram o valor referente ao PIB Municipal Total, ao PIB Municipal per capita e a composição do PIB Municipal por setor.

Quadro 7 - Produto Interno Bruto per capita, segundo os municípios de Santa Catarina - 2002-2006

Município	PIB per capita (R\$)					
	2004		2005		2006	
	Valor	Posição	Valor	Posição	Valor	Posição
Abdon Batista	6.648	258	6.492	268	7.307	261
Brunópolis	9.174	173	8.126	221	9.338	185
Campos Novos	14.408	53	14.398	59	13.612	80
Celso Ramos	7.765	228	7.231	255	7.894	236
Ibiam	8.207	212	9.229	187	8.254	221
Monte Carlo	6.244	268	6.422	271	7.568	253
Vargem	6.441	262	8.133	220	8.374	215
Zortéa	7.940	224	6.022	277	7.031	268

Produto Interno Bruto a preço de mercado corrente, per capita (R\$)

Fonte: Diretoria de Estatística e Cartografia / SPG

Quadro 8 - Participação dos setores econômicos no VAB (Valor Adicionado Bruto), segundo os municípios da Microrregião de Campos Novos

Município	Part. % no VAB - 2005			Part. % no VAB - 2006		
	Agropec	Indústria	Serviços	Agropec	Indústria	Serviços
Abdon Batista	45,81	8,24	45,95	44,37	7,84	47,79
Brunópolis	53,76	5,99	40,24	56,50	5,18	38,32
Campos Novos	23,11	19,69	57,21	22,34	21,76	55,90
Celso Ramos	38,81	9,09	52,10	40,18	9,06	50,76
Ibiam	43,57	16,55	39,89	33,90	20,34	45,75
Monte Carlo	29,52	23,54	46,95	35,24	20,00	44,75
Vargem	52,03	12,12	35,84	47,23	13,27	39,50
Zortéa	35,74	9,38	54,88	36,06	8,24	55,70

Fontes: IBGE, SPG/DEGE/Gerência de Estatística e EPAGRI.

B – Demografia

Em relação à população, entre os anos de 2000 e 2010, verificou-se um aumento de 12,48% no Município de Campos Novos, de 11,97% no Município de Zortéa e de 7,87% no Município de Monte Carlos, enquanto que nos outros municípios pertencentes a microrregião de Campos Novos, houve uma redução na população de 16,88% no Município de Brunópolis, de 14,85% no Município de Vargem, de 4,60% no Município de Abdon Batista, de 2,63% no Município de Celso Ramos e de 0,51% no Município de Ibiam.

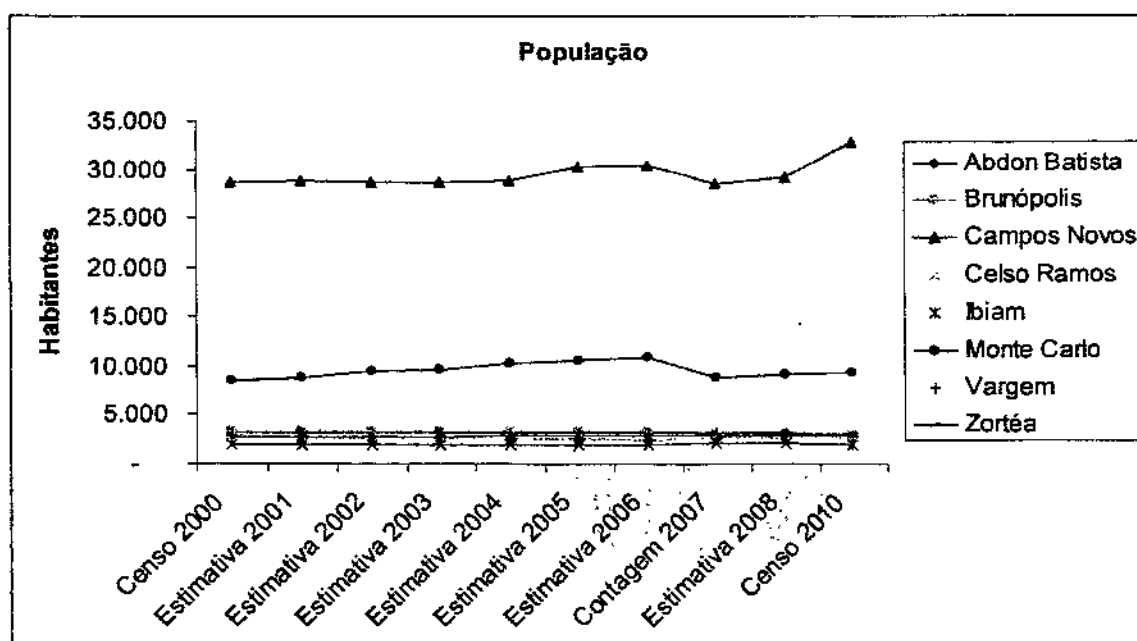


Figura 13 – População na microrregião de Campos Novos. Fonte: IBGE

Conforme mostra o quadro abaixo, nos municípios mais populosos como Campos Novos e Monte Carlo, a população urbana predomina sobre a rural, enquanto que nos outros municípios ainda há um predomínio da população rural sobre a população urbana.

Quadro 9 – População nos municípios da Microrregião de Campos Novos

Municípios	Censo 1991			Censo 2000			Censo 2010		
	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total
Abdon Batista	2.829	416	3.245	2.062	713	2.775	1.929	724	2.653
Brunópolis	-	-	-	2.624	707	3.331	2.145	705	2.850
Campos Novos	18.983	23.828	42.811	6.173	22.556	28.729	5.760	27.064	32.824
Celso Ramos	2.707	750	3.457	2.206	638	2.844	1.899	872	2.771
Ibiam	-	-	-	1.454	501	1.955	1.250	695	1.945
Monte Carlo	-	-	-	1.274	7.305	8.579	1.236	8.076	9.312
Vargem	-	-	-	2.574	651	3.225	1.912	896	2.808
Zortéa	-	-	-	580	2.053	2.633	655	2.336	2.991

Fonte: IBGE e Secretaria de Estado do Planejamento/Diretoria de Estatística, Geografia e Cartografia



C – Saúde

A microrregião de Campos Novos possui 35 estabelecimentos de saúde, sendo que a maioria, não conta com internação. Possuem atendimento clínico geral e ambulatorial e atendimento odontológico. Nos municípios de Campos Novos e Monte Carlo, há maior disponibilidade de estabelecimentos de saúde, inclusive com possibilidade de internações, bem como maiores opções de especialidades médicas.

	Total na Microrregião
Estabelecimentos de Saúde total	35
Estabelecimentos de Saúde privado total	8
Estabelecimentos de Saúde privado SUS	5
Estabelecimentos de Saúde com internação total	3
Estabelecimentos de Saúde sem internação total	25
Estabelecimentos de Saúde com apoio à diagnose e terapia total	7
Estabelecimentos de Saúde com internação pública	2
Estabelecimentos de Saúde sem internação pública	25
Estabelecimentos de Saúde com internação privado	1
Estabelecimentos de Saúde especializada sem internação total	5
Estabelecimentos de Saúde com especialidades com internação total	1
Estabelecimentos de Saúde com especialidades sem internação total	4
Estabelecimentos de Saúde com especialidades sem internação pública	2
Estabelecimentos de Saúde geral com internação total	2
Estabelecimentos de Saúde geral sem internação total	21
Estabelecimentos de Saúde com especialidades com internação pública	1
Estabelecimentos de Saúde geral sem internação público	16
Estabelecimentos de Saúde especializada sem internação privado	6
Estabelecimentos de Saúde com especialidades sem internação privado	2
Estabelecimentos de Saúde geral com internação público	1
Estabelecimentos de Saúde geral com internação privado	1
Estabelecimentos de Saúde especializada sem internação privado/SUS	3
Estabelecimentos de Saúde com especialidades sem internação privado/SUS	1
Estabelecimentos de Saúde geral com internação privado/SUS	1
Estabelecimentos de Saúde SUS	32
Estabelecimentos de Saúde - plano de terceiros	8
Estabelecimentos de Saúde - particular	9
Estabelecimentos de Saúde - único total	35
Estabelecimentos de Saúde - único público	26
Estabelecimentos de Saúde - único privado	8
Estabelecimentos de Saúde - único privado/SUS	5
Leitos para internação em Estabelecimentos de Saúde total	186
Estabelecimentos de Saúde com atendimento ambulatorial total	27
Estabelecimentos de Saúde com atendimento ambulatorial com atendimento médico em especialidades básicas	27
Estabelecimentos de Saúde com atendimento ambulatorial com atendimento médico em outras especialidades	3
Estabelecimentos de Saúde com atendimento ambulatorial com atendimento odontológico com dentista	24
Estabelecimentos de Saúde que prestam serviço ao SUS Ambulatorial	28
Estabelecimentos de Saúde que prestam serviço ao SUS Internação	3
Estabelecimentos de Saúde que prestam serviço ao SUS Emergência	2

D – Educação

O município de Campos Novos é um centro regional de educação, recebendo alunos da região. Possui a Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC) com os cursos de Administração, Agronomia, Direito, Pedagogia e Tecnologia em Gestão Comercial.

A microrregião de Campos Novos possui 33 Escolas com ensino pré-escolar com 1676 alunos matriculados, 70 Escolas de Ensino Fundamental com 9747 alunos matriculados e 11 Escolas de Ensino Médio com 1961 alunos matriculados, distribuídos conforme quadro abaixo.

Quadro 10 - Distribuição de escolas e número de matrículas nos municípios da microrregião de Campos Novos.

	Pré-escola		Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	Escolas	Matrículas	Escolas	Matrículas	Escolas	Matrículas
Abdon Batista	1	30	2	400	1	99
Brunópolis	3	73	8	554	1	116
Campos Novos	12	898	34	5169	4	941
Celso Ramos	4	66	5	405	1	149
Ibiam	1	45	2	341	1	99
Monte Carlo	8	358	11	1820	1	325
Vargem	3	69	6	524	1	118
Zortea	1	137	2	534	1	114
Total	33	1676	70	9747	11	1961

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2009

Em relação ao IDEB, tendo por base os anos de 2005 e 2007 observa-se um aumento nos índices para todos os municípios pertencentes a microrregião de Campos Novos.

Quadro 11 - IDEB 2005/2007 – Classificação dos municípios da Microrregião de Campos Novos

Posição			IDEB 2005				IDEB 2007			
			Redes de Ensino				Redes de Ensino			
			Est	Fed	Mun	Todas	Est	Fed	Mun	Todas
45	531	Zortea			4,1	4,1			5,0	5,1
45	531	Celso Ramos					5,4			5,1
45	531	Ibiam							5,0	5,1
80	831	Abdon Batista					4,8			4,9
173	1680	Brunópolis	4,1			4,1	4,4		4,4	4,5
202	1903	Campos Novos	4,2		3,9	4,0	4,8		4,0	4,4
221	2112	Vargem			3,5	3,5			4,3	4,3
259	2734	Monte Carlo	3,5		3,4	3,4	4,2		3,9	4,0

FONTE: http://www.inep.gov.br/download/Iddeb/Resultado/republicacao/Divulgacao_4serie_Municipios.xls

E - Projetos de Assentamentos na Região.



Existem seis Projetos de Assentamentos na região, conforme tabela abaixo.

Tabela 2. Projetos de assentamentos existentes na microrregião de Campos Novos

Município	Projeto Assentamento	Área (ha)	Nº. Famílias	Data criação
Campos Novos	30 de Outubro	2.004,39	85	11/11/88
Campos Novos	Herbert de Souza	424,04	30	03/05/00
Campos Novos	São José	1.234,39	67	12/10/90
Campos Novos	Sepe Tiarajú	379,06	29	14/09/99
Campos Novos	Vitória	403,37	18	10/01/95
Vargem	Vitória dos Palmares	443,32	30	08/10/96
TOTAL		4.888,58	259	

8 CARACTERÍSTICAS FÍSICAS E EDAFO-CLIMÁTICAS DO IMÓVEL:

8.1 Vegetação

A vegetação do imóvel encontra-se dividida em (vide o mapa de uso em anexo):

Pastagem – Esta se caracteriza por apresentar áreas com pastagens plantadas, ocupando uma área 9,4737 hectares, correspondendo a 1,18% do imóvel, onde 26,43% da pastagem se encontram em área de preservação permanente (APP), definida no Inciso II § 2º do Artº 1º da Lei nº 4771 de 15 de setembro de 1965, e na Resolução CONAMA 303 de 2002.

Campo Nativo – Esta se caracteriza por apresentar áreas em pastagens com vegetação de campo nativo, ocupando uma área 276,7541 hectares, correspondendo a 34,42% do imóvel, onde 22,94% da pastagem se encontram em área de preservação permanente (APP), definida no Inciso II § 2º do Artº 1º da Lei nº 4771 de 15 de setembro de 1965, e na Resolução CONAMA 303 de 2002.

Mata Nativa – Ocupa uma área de 310,9026 hectares, correspondendo a 38,67% do imóvel, composta por remanescentes de Floresta Ombrófila Mista, em diferentes estágios sucessionais, sendo que 26,69% deste total estão localizados em área de Preservação Permanente (APP).



Lavoura – Ocupa uma área de 159,5197 hectares correspondente a 19,84% do imóvel. Destes 9,39% estão localizados em área de Preservação Permanente (APP). A maior parte desta área é utilizada para o cultivo de soja no período primavera/verão e cultivo de pastagens (produção de sementes de azevém) no período outono/inverno, uma pequena parte correspondente a 50,2961 hectares é utilizada para o cultivo de soja no período primavera/verão e cultivo de trigo no período outono/inverno, mas 7,14% desta área esta localizada em área de Preservação Permanente (APP).

8.2 Recursos Hídricos

As áreas da parte norte do imóvel drenam em direção ao Lageado Raso, e o restante da área vai drenar em direção ao Rio Uruguai (lago formado no represamento do rio Uruguai - Usina Hidrelétrica Machadinho - MAESA). O imóvel possui dois açudes e algumas pequenas lagoas.

8.3 Relevo

– CLASSIFICAÇÃO DO RELEVO –

Classes de Relevo	Classes de Declividade %	Área Aproximada (ha)	% no Imóvel
Plano	0 – 2	21,5	2,7
Suave Ondulado	2 – 5	102,3	12,7
Moderadamente Ondulado	5 – 10	240,3	29,9
Ondulado	10 – 15	171,7	21,3
Forte Ondulado	15 – 45	217,0	27,0
Montanhoso	45 – 70	47,2	5,9
Escarpado	> 70	4,0	0,5
Total		804,0	100,0

A classificação do relevo foi realizada com base no modelo digital de elevação (MDE) do SRTM

Áreas com Restrição Ambiental				
Classes de relevo	Classes de Declividade		Área aproximada (ha)	% no imóvel
	%	Graus		
Áreas de Uso Restrito	47-100	25° - 45°	51,2	6,4
Preservação Permanente	>100	> 45°	-----	-----

CP

8.4 Solos



Com relação aos solos, conforme o Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento Nº. 46 (Embrapa 2004), que trata a respeito dos Solos do Estado de Santa Catarina, os solos que predominam no imóvel, conforme figura 2 são as classes Cambissolos, e Nitossolos ocorrendo em unidades simples de mapeamento ou ocorrendo em associações, tais como:

Ca39 - Cambissolo Álico Tb A proeminente, textura muito argilosa, fase campo subtropical, relevo suave ondulado e ondulado – SBCS: Cambissolo háplico.

Re1 - Associação Solos Litólicos Eutróficos A chernozêmico e moderado, textura argilosa, relevo montanhoso (substrato efusivas da Formação Serra Geral) + Cambissolo Eutrófico Ta A chernozêmico, textura argilosa, relevo forte ondulado, ambos fase pedregosa floresta subtropical perenifólia – SBCS: Neossolo Litólico e Cambissolo

No imóvel podem ocorrer também inclusões de Nitossolos principalmente nas áreas mais planas do relevo.

A área onde se encontra os Cambissolos apresenta diferentes usos, principalmente devido ao relevo. Aquelas áreas situadas em declividades mais suaves, e desde que tenha sido corrigido a acidez do solo, bem como a fertilidade, apresentam aptidão agrícola, desde que adotadas medidas de conservação do solo, e aquelas presentes em áreas com maior declividade apresentam mais restrição ao uso agrícola, sendo mais recomendada para utilização com pastagem e/ou reflorestamento.

As áreas de Neossolo devido a localização em relevos mais movimentados e também devido as próprias características do solo, apresentam restrição ao uso agrícola mais intensificado, sendo recomendado apenas para reflorestamento e/ou manutenção da fauna e flora. Junto a estas áreas há a ocorrência de muitos afloramentos rochosos, que impedem o uso do solo.

Observou-se também no imóvel pequenas áreas de Nitossolo, sendo estes mais propícios a atividade agrícola, desde que corrigidos a acidez e fertilidade do solo.

CA

CA

8.5 Classes de Capacidade de Uso das Terras

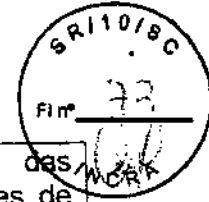


As terras são enquadradas segundo o Sistema de Classificação da Capacidade de Uso das Terras, conforme o Manual para Levantamento Utilitário do Meio Físico e Classificação de Terras no Sistema de Capacidade de Uso. Este sistema se baseia nas limitações permanentes das terras e é todo voltado para as possibilidades e limitações à utilização das mesmas, idéia esta diretamente relacionada à sua intensidade de uso. Esta intensidade de uso exprime a maior ou menor mobilização imposta ao solo, expondo-o a certo risco de erosão e/ou perda da produtividade. Geralmente, culturas anuais impõem alta intensidade de uso, enquanto vegetações naturais representam o mais baixo grau de intensidade de uso.

SENTIDO DAS APTIDÕES E DAS LIMITAÇÕES	CLASSES DE CAPACIDADE DE USO	SENTIDO DO AUMENTO DA INTENSIDADE DE USO							
		VIDA SILVESTRE E RECREAÇÃO	SILVICULTURA / PASTOREIO			CULTIVO OCASIONAL OU LIMITADO	CULTIVO INTENSIVO		
							PROBLEMA DE CONSERVAÇÃO		
			LIMITADO	MODERADO	INTENSIVO		COMPLEXO	SIMPLES	NÃO APARENTE
AUMENTO DAS LIMITAÇÕES E DOS RISCOS DE USO	I								
	II								
	III								
	IV								
	V								
	VI								
	VII								
	VIII								

	SUB-UTILIZAÇÃO DA TERRA
	MÁXIMA UTILIZAÇÃO RACIONAL DA TERRA
	SOBRE-UTILIZAÇÃO DA TERRA

CLASSE III	<p>São terras que quando cultivadas sem cuidados especiais, estão sujeitas a severos riscos de depauperamento, principalmente no caso de culturas anuais. Essas terras requerem medidas intensas e complexas de conservação do solo, a fim de poderem ser cultivadas segura e permanentemente, com produção média a elevada, de culturas anuais adaptadas.</p> <p>Esta classe pode apresentar variações (subclasses), de acordo com a natureza do fator restritivo de uso. Os principais fatores limitantes de uso são: declividade moderada, drenagem deficiente, escassez de água no solo (regiões semi-áridas não irrigadas) e pedregosidade.</p>
-------------------	--



	Frequentemente, essas limitações restringem muito a escolha das espécies a serem cultivadas, ou a época do plantio ou operações de preparo e cultivo do solo.
CLASSE IV	São terras que apresentam riscos ou limitações permanentes muito severas quando usadas para culturas anuais. Os solos podem ter fertilidade natural boa ou razoável, mas não são adequados, para cultivos intensivos e contínuos. Usualmente, devem ser mantidas com pastagens, mas podem ser suficientemente boas para certos cultivos ocasionais ou para algumas culturas anuais, porém com cuidados muito especiais. Tais terras podem ser caracterizadas pelos seguintes aspectos: erosão severa, obstáculos físicos, como pedregosidade ou drenagem muito deficiente, baixa produtividade, ou outras condições que as tornem impróprias para o cultivo mecanizado regular.
CLASSE VI	Terras impróprias para culturas anuais, mas que podem ser usadas para produção de certos cultivos permanentes úteis, como pastagens, florestas e algumas culturas permanentes protetoras do solo, como seringueira e cacau, desde que adequadamente manejadas. O uso com pastagens ou culturas permanentes protetoras deve ser feito com restrições moderadas, com práticas especiais de conservação do solo, uma vez que, mesmo sob esse tipo de vegetação, são medianamente suscetíveis de danificação pelos fatores de depauperamento do solo. Normalmente as limitações que apresentam são em razão da declividade excessiva ou pequena profundidade do solo, ou presença de pedras impedindo emprego de máquinas agrícolas. Quando a pluviosidade da região é adequada para culturas, as limitações da classe residem, em geral, na declividade excessiva, na pequena profundidade do solo ou na pedregosidade. Nas regiões semi-áridas, a escassez de umidade, muitas vezes é a principal razão para o enquadramento da terra nesta classe.
CLASSE VII	Terras que por serem sujeitas a muitas limitações permanentes, além de serem impróprias para culturas anuais, apresentam severas limitações, mesmo para certas culturas permanentes protetoras do solo, pastagens e florestas. Sendo altamente suscetíveis de danificação, exigem severas restrições de uso, com práticas especiais. Normalmente, são íngremes, erodidas, pedregosas ou com solos muito rasos, ou ainda com deficiência de água muito grande. Os cuidados necessários a elas são semelhantes aos aplicáveis à classe VI, com a diferença de poder ser necessário maior número de práticas conservacionistas, ou que estas tenham de ser mais intensivas, a fim de prevenir ou diminuir os danos por erosão. Requerem cuidados extremos para controle da erosão. Seu uso, tanto para pastoreio como para produção de madeira, requer sempre cuidados especiais.
CLASSE VIII	Terras impróprias para serem utilizadas com qualquer tipo de cultivo, inclusive o de florestas comerciais ou para a produção de qualquer outra forma de vegetação de valor econômico. Prestam-se apenas para proteção e abrigo da fauna e flora silvestre, para fins de recreação e turismo ou de armazenamento de água em açudes. Consistem, em geral, em áreas extremamente áridas, ou acidentadas, ou pedregosas, ou encharcadas (sem possibilidade de pastoreio ou drenagem artificial), ou severamente erodidas, ou encostas rochosas, ou, ainda, dunas arenosas. Incluem-se nessa classe a maior parte dos terrenos de mangues e de pântanos e de terras muito áridas, que não se prestam para pastoreio.

Fonte: Lepsch, I.F. (Coord.); Bellinazzi Júnior, R.; Bertolini, D. et al. Manual para Levantamento Utilitário do Meio Físico e Classificação de Terras do Sistema de Capacidade de Uso. 4ª aproximação, Campinas, 1991. 175 p.

– CLASSES DE CAPACIDADE DE USO –



Classe de Capacidade de Uso das Terras		I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
Área (%)				20,0	10,0		10,7	7,4	51,9
Classes do solo									
FATORES LIMITANTES	Fertilidade Natural			X					
	Profundidade Efetiva				X				
	Drenagem Interna								
	Deflúvio Superficial								
	Pedregosidade						X	X	
	Risco de Inundação								
	Declividade %							X	
	Erosão								
	Seca Edafológica								
	Restrição Legal de Uso								X

8.6 Uso do Imóvel – Volta Grande – 804,0062 hectares.

Os detentores legais da área Sra. Claudete Scheurman Fontana, Sr. Cleonir Fontana e o Sr. Odir Fontana, atualmente não são os reais utilitários da área.

No dia 13 de setembro de 1988, através de uma declaração de compra e venda, tendo como vendedor o Sr. Dioni Maestri, e como comprador o Sr. Pedro Vicente de Lima, negociam uma área aproximada de 2 alqueires.

No dia 18 de julho de 2001, através de um contrato particular de compra e venda, firmado entre o Sr. Vito Calegari e sua esposa Sra. Helena Fontana Calegari, ambos representados por seu procurador Sr. Dirceu Antonio Bazzo, venderam a área de 968.900,00 m² (novecentos e sessenta e oito mil e novecentos metros quadrados), dentro de uma área maior, constante na Matrícula R.17.564, para o Sr. Leoclides Bernardi. Hoje quem administra o imóvel, é o Sr. Deoclides Alexandre Bernardi, filho do Sr. Leoclides Bernardi (Falecido).

No dia 28 de outubro de 2005, através de uma escritura pública de compra e venda lavrada no 1º Tabelionato de Notas e Protestos da Comarca e Município de Joaçaba-SC, os detentores acima nominados venderam a área de 7.159.778,00 m² (sete milhões cento e cinquenta e nove mil, setecentos e setenta e oito metros quadrados), dentro de uma área maior, constante na Matrícula R.17.564 e cadastrado no INCRA sob o nº 813.036.057.363-0, para a Sociedade Moageira Pada

... 20